

RELATÓRIO E CONTAS

9M15



A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/ IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.



Índice

1. Principais Destaques	4
2. Resultados Consolidados Sonaecom	4
2.1 Tecnologia	5
2.2 Media	7
2.3 Telecomunicações	7
3. Anexo	8
4. Informação Financeira	11
4.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom	11
4.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	19
4.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom	83
4.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom	89



1. Principais Destaques

Volume de negócios cresceu 10,6%, com as Receitas Internacionais a representarem 52,7% do total das receitas na área de Tecnologia.

EBITDA do portefólio decresceu 7,1% numa base comparável mas apresenta uma evolução positiva face ao trimestre anterior.

Resultado Líquido de 40,3 milhões de euros, 17,3 milhões acima dos 9M14.

2. Resultados Consolidados Sonaecom

Volume de Negócios

Nos 9M15, o Volume de Negócios consolidado alcançou 99,7 milhões de euros, aumentando 10,6% face aos 9M14, ou 3,6% excluindo o contributo da S21Sec¹.

Este desempenho foi consequência do aumento de 10,9% das Receitas de Serviço, mas também de um aumento de 9,8% das Vendas de Equipamento. Excluindo o contributo da S21Sec, as Receitas de Serviço aumentaram 1,6%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 97,5 milhões de euros, 11,3% acima do valor registado nos 9M14, com todas as linhas a aumentarem. O nível de Custos com Pessoal aumentou 14,7%, devido a um acréscimo no número médio de colaboradores desde a consolidação da S21Sec. Os Custos Comerciais aumentaram 10,0%, para 29,0 milhões de euros, impulsionados pelo aumento do Custo das Mercadorias Vendidas na área de Tecnologia, em linha com a evolução das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, a evolução é maioritariamente explicada pelos Custos de *Outsourcing* e Gastos Gerais e Administrativos da S21Sec.

EBITDA

O EBITDA total atingiu 19,8 milhões de euros, 41,6% abaixo do valor alcançado nos 9M14, justificado pelo contributo das operações descontinuadas que registaram 12,9 milhões de euros nos 9M14. A linha do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), que é particularmente influenciada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS, cresceu 0,4%. No que diz respeito ao EBITDA do portefólio, este alcançou 3,5 milhões de euros, 27,7% abaixo do valor registado nos 9M14, correspondendo a uma margem de 3,5%, um valor que compara com 5,3% nos 9M14. Excluindo o contributo da S21Sec, o EBITDA do portefólio diminuiu 7,1%.

Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom diminuiu 51,0% para 14,3 milhões de euros, explicado pelo baixo valor do EBITDA.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor de 25,2 milhões de euros nos 9M15, influenciados positivamente pelo ajustamento ao justo valor da participação direta na NOS tendo por base o preço de mercado, com um valor de 23,5 milhões de euros, e pelos dividendos correspondentes recebidos no valor de 1,5 milhões de euros. Nos 9M14, este ajustamento ao justo valor foi negativo em 8,2 milhões de euros e os dividendos recebidos ascenderam a 1,3 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom aumentou para 39,5 milhões de euros, sendo este acréscimo explicado pelo desempenho ao nível dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se nos 40,3 milhões de euros, valor que compara com 23,0 milhões de euros obtidos nos 9M14.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional do portefólio aumentou de 4,7 milhões de euros para 6,1 milhões de euros, representando 6,1% do Volume de Negócios, 0,9 p.p. acima dos 9M14.

Estrutura de Capital

A posição de *cash* aumentou 3,6 milhões de euros desde Setembro de 2014 totalizando 169,6 milhões de euros.

¹ A S21Sec foi adquirida em julho de 2014 e consolidada na Sonaecom desde agosto de 2014.

2.1 Tecnologia

A área de Tecnologia tem prosseguido a sua estratégia de gestão ativa de portefólio, com o objetivo de se reforçar como referência tecnológica à escala internacional, em áreas selecionadas do setor IT, através de crescimento orgânico e não orgânico. Esta área é atualmente composta por quatro empresas do sector IT/IS. As quatro empresas geraram cerca de 52,7% das suas receitas fora do mercado Português, estando 43% do total de 867 colaboradores localizados fora de Portugal.

A WeDo Technologies, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance software*, continuou a expandir a sua presença internacional. A empresa colabora com algumas das principais companhias mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 190 operadores de telecomunicações de mais de 90 países.

Juntamente com o reconhecimento dos clientes, e depois de ser nomeada, em 2014, pela Stratecast (Frost & Sullivan), como sendo líder mundial na área de *Financial Assurance*, que engloba: *Revenue Assurance*, *Fraud Management* e *Margin Assurance*, a WeDo Technologies foi agora eleita pela Analysys Mason, uma analista de TMT (*telecoms, media and technology*), como líder mundial no mercado de *software de Revenue Assurance e Fraud Management*.

De salientar que, durante o 3T15, a empresa adquiriu dois novos clientes de telecomunicações (1 no Chile e 1 no Perú), continuando a alargar a base de clientes pelo mundo. No final dos 9M15, 76,9% do seu volume de negócios foi gerado no mercado internacional e mais de 10% fora do segmento das telecomunicações.

A S21Sec é líder multinacional em cibersegurança, exclusivamente focada em fornecer serviços e tecnologias de segurança. A empresa, fundada há 15 anos, cresceu através do constante investimento em inovação e atualmente trabalha com uma carteira de clientes global, mantendo as suas equipas em Espanha, Portugal, México e Reino Unido e mantendo uma rede de parceiros selecionados que garantem suporte local e ponto de contacto em outros mercados chave.

A S21Sec esteve entre as primeiras empresas do mundo a identificar o *Dridex* (*malware* do sistema bancário) tendo sido um elemento chave na colaboração com os órgãos responsáveis pela aplicação da lei, como a Europol, NCA, Guardia Civil e o FBI, entre outras. A S21Sec foi também altamente proativa com a comunidade financeira.

Como exemplo, a S21Sec partilhou o conhecimento gerado nas investigações com bancos, através de foruns realizados em países europeus como, Portugal, Espanha, França e Reino Unido, onde o *Dridex* teve especial impacto. Além disto e na continuação do apoio à estratégia anti-fraude, especialmente no espaço ATM, a S21Sec continuou a ser a *key voice* em vários fóruns da América Latina, incluindo o XVII Congresso Nacional de Segurança em Punta Cana e no evento ATEFI, no Panamá.

A Saphety é uma empresa que disponibiliza soluções para otimização de processos de negócios, com uma posição relevante na faturação eletrónica e em soluções de *EDI (Electronic Data Interchange)*, assim como na sincronização de dados de informação para as organizações mundiais da GS1. O 3T15 foi marcado por uma melhoria significativa nas vendas e na rentabilidade, juntamente com uma boa atividade comercial: novos clientes e alguns importantes contratos, incluindo, Associação Nacional de Farmácias e ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública) e Surunai na Malásia. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.200 clientes e 120.000 utilizadores em cerca de 20 países. Adicionalmente, é de salientar o crescimento das receitas internacionais face aos 9M14, representando mais de 30,0% do total do Volume de Negócios.

A Bizdirect é uma empresa tecnológica que se posiciona como um *player* de referência na comercialização de soluções de IT, na gestão de contratos corporativos e na integração de soluções empresariais sobre a tecnologia Microsoft. A melhoria registada no mercado no investimento em equipamento de IT e *software*, aliada ao desempenho positivo na nova área de soluções, permitiu à Bizdirect aumentar o seu Volume de Negócios em 13,3% nos 9M15. O Centro de Competências lançado em Viseu, criado para dar resposta ao crescimento da procura nas áreas de CRM (*customer relationship management*) e ECM (*enterprise content management*), aumentou o número de projetos entregues e está a aumentar a sua notoriedade no mercado europeu. As receitas internacionais representam mais de 10,0% do total do Volume de Negócios nos 9M15.



Indicadores Financeiros

Milhões de euros

TECNOLOGIA - DEM. RESULTADOS	3T14	3T15	Δ 15/14	2T15	q.o.q.	9M14	9M15	Δ 15/14
Volume de Negócios	28,0	29,1	4,0%	31,2	-6,5%	78,4	88,6	13,0%
Receitas de Serviço	19,3	20,0	3,8%	22,5	-10,9%	56,5	63,4	12,1%
Vendas de Equipamento	8,7	9,1	4,4%	8,7	4,8%	21,9	25,2	15,3%
Outras Receitas	1,3	0,3	-75,7%	0,2	46,1%	1,5	0,9	-40,5%
Custos Operacionais	26,0	27,1	4,2%	29,5	-8,3%	71,8	83,2	15,9%
Custos com Pessoal	9,3	9,9	5,6%	9,9	-0,5%	24,6	29,5	19,7%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	8,6	9,4	8,5%	8,8	6,4%	22,6	25,8	14,5%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	8,0	7,8	-2,1%	10,8	-27,6%	24,6	27,9	13,4%
EBITDA	8,9	2,3	-73,9%	1,8	29,6%	14,1	6,2	-56,2%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	3,3	2,4	-27,8%	1,9	28,2%	8,2	6,3	-22,5%
Unidades descontinuadas ⁽⁴⁾	5,6	0,0	-100,0%	0,0	-	5,9	0,0	-100,0%
Margem EBITDA (%)	11,8%	8,2%	-3,6pp	6,0%	2,2pp	10,4%	7,1%	-3,3pp
CAPEX Operacional ⁽⁵⁾	1,5	1,6	6,8%	2,0	-17,1%	4,1	5,2	26,3%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,4%	5,6%	0,1pp	6,3%	-0,7pp	5,3%	5,9%	0,6pp
EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional	1,8	0,8	-57,3%	-0,1	-	4,1	1,1	-72,3%
CAPEX Total	1,6	1,6	1,8%	2,0	-17,1%	4,2	5,2	24,1%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na SSI; (4) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda e a mais-valia gerada na operação; (5) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros

Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas, tendo crescido 13,0% entre os 9M14 e os 9M15, registando 88,6 milhões de euros. As Receitas de Serviço aumentaram 12,1%, atingindo 63,4 milhões de euros. As Vendas de Equipamento aumentaram 15,3%, totalizando 25,2 milhões de euros.

Excluindo a contribuição da S21Sec nos 9M15, o Volume de Negócios aumentou 5,0% e as Receitas de Serviço 2,1%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 15,9%, alcançando 83,2 milhões de euros, em virtude do maior nível de Custos Comerciais, do aumento de Custos com Pessoal e do aumento de Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal aumentaram 19,7% devido ao crescimento do número de colaboradores, essencialmente da S21Sec. Quando comparado com os 9M14, o nível de Custos Comerciais aumentou 14,5%, para 25,8 milhões de euros, devido ao maior Custo das Mercadorias Vendidas, em linha com as maiores Vendas de Equipamento. Os Outros Custos Operacionais aumentaram 13,4%, devido ao alargamento do portefólio.

EBITDA

O EBITDA total diminuiu 56,2%, justificado pelas operações descontinuadas nos 9M14 mas também pelo decréscimo do EBITDA do portefólio. Nos 9M15, o EBITDA do portefólio atingiu 6,3 milhões de euros, diminuindo 22,5% face aos 9M14, alcançando uma margem de 7,1%, mas mostrando uma tendência crescente no 3T15, 28,2% acima do 2T15, com uma margem de 8,2%. Excluindo o contributo da S21Sec, nos 9M15 o EBITDA diminuiu 7,5% e alcançou uma margem de 9,2%.

EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível de EBITDA e do maior nível do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Operacional situou-se nos 1,1 milhões de euros, diminuindo quando comparado com os 9M14.

2.2 Media

Este ano foi marcado pela celebração do 25º aniversário do Público e por uma boa performance na circulação. De acordo com a APCT, o Público foi o jornal generalista diário que apresentou maior crescimento em circulação total. De salientar também que, em 2015, o Público recebeu 14 prémios de jornalismo, fotografia e design, destacando-se a menção honrosa na categoria de melhor *website* de notícias da European Digital Media Awards, antecedido apenas pelo *The Guardian*.

O Volume de Negócios atingiu 11,3 milhões de euros, representando uma diminuição quando comparado com os 9M14 mas com melhoria da performance das receitas de publicidade *online* e conteúdos. Nos 9M15 o Público reforçou a presença no mercado internacional, principalmente no Brasil através da co-organização de alguns eventos com a Globo e parcerias de conteúdos com a UOL e Livraria Cultura.

O EBITDA, apesar de negativo em 1,9 milhões de euros, aumentou 4,9% face aos 9M14.

2.3 Telecomunicações

As Receitas Operacionais da NOS registaram 1 067,9 milhões de euros nos 9M15, um crescimento de 3,7% face aos 9M14.

O EBITDA alcançou 409,8 milhões de euros, um aumento de 3,2% face aos 9M14, representando uma margem EBITDA de 38,4%.

Nos 9M15, o CAPEX Recorrente atingiu 217,6 milhões de euros, um aumento de 13,0% quando comparado com os 9M14. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Recorrente diminuiu 5,9%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA (últimos 4 trimestres) foi de 2,0x no final dos 9M15 e a maturidade média da dívida alcançou os 3,8 anos.

A NOS publicou os resultados do 9M15 em 4 de novembro de 2015, disponíveis em www.nos.pt.

Durante os 9M15, a cotação da ação da NOS valorizou 40,8%, de €5,236 para €7,371, sendo que o PSI20 valorizou 5,2%.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais ('000)	3T14	3T15	Δ 15/14	2T15	q.o.q.	9M14	9M15	Δ 15/14
RGUs Totais	7 445,2	8 257,3	10,9%	8 010,2	3,1%	7 445,2	8 257,3	10,9%
RGUs Convergentes	1 487,7	2 665,0	79,1%	2 443,2	9,1%	1 487,7	2 665,0	79,1%
Subscritores IRIS	633,2	825,1	30,3%	784,2	5,2%	633,2	825,1	30,3%
Subscritores 3,4 and 5P	829,6	936,7	12,9%	904,9	3,5%	829,6	936,7	12,9%

Indicadores Financeiros

Milhões de euros	3T14	3T15	Δ 15/14	2T15	q.o.q.	9M14	9M15	Δ 15/14
DESTAQUES NOS								
Volume de Negócios	347,8	367,9	5,8%	355,9	3,4%	1030,1	1067,9	3,7%
EBITDA	133,4	143,5	7,5%	138,5	3,6%	397,0	409,8	3,2%
Margem EBITDA (%)	38,4%	39,0%	+0.6pp	38,9%	0.1 pp	38,5%	38,4%	-0.2pp
Resultado Líquido	18,8	26,2	39,8%	24,1	9,0%	62,4	73,5	17,8%
CAPEX	86,6	97,9	13,1%	102,4	-4,3%	231,9	294,6	27,1%
EBITDA-CAPEX	46,8	45,6	-2,7%	36,1	26,1%	165,1	115,2	-30,2%
CAPEX Recorrente	68,0	77,1	13,3%	72,3	6,5%	192,6	217,6	13,0%
EBITDA-CAPEX Recorrente	65,4	66,4	1,5%	66,2	0,4%	204,3	192,2	-5,9%

3. Anexo

Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	3T14	3T15	Δ 15/14	2T15	q.o.q.	9M14	9M15	Δ 15/14
Volume de Negócios	31,8	32,6	2,6%	35,1	-7,3%	90,1	99,7	10,6%
Receitas de Serviço	20,6	21,2	2,6%	24,1	-12,2%	61,0	67,7	10,9%
Vendas de Equipamento	11,1	11,4	2,5%	11,0	3,6%	29,2	32,0	9,8%
Outras Receitas	1,6	0,5	-67,9%	0,3	61,2%	2,3	1,3	-43,6%
Custos Operacionais	30,9	31,6	2,4%	34,5	-8,4%	87,6	97,5	11,3%
Custos com Pessoal	11,8	12,5	5,5%	12,6	-0,7%	32,5	37,3	14,7%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	9,8	10,3	5,4%	9,9	4,1%	26,3	29,0	10,0%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,3	8,8	-4,8%	12,0	-26,7%	28,8	31,3	8,6%
EBITDA	22,4	7,1	-68,4%	6,5	8,0%	34,0	19,8	-41,6%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	2,4	1,4	-40,8%	0,9	58,7%	4,8	3,5	-27,7%
MEP ⁽⁴⁾	7,3	5,6	-22,9%	5,6	-0,1%	16,3	16,3	0,4%
Unidades descontinuadas ⁽⁵⁾	12,6	0,0	-100,0%	0,0	-	12,9	0,0	-100,0%
Margem EBITDA do portefólio (%)	7,6%	4,4%	-3,2pp	2,6%	1,8pp	5,3%	3,5%	-1,8pp
Depreciações e Amortizações	1,7	1,9	11,9%	1,7	10,8%	4,8	5,6	14,9%
EBIT	20,6	5,1	-75,1%	4,8	7,0%	29,1	14,3	-51,0%
Resultados Financeiros	0,3	1,8	-	6,0	-70,3%	-5,9	25,2	-
Proveitos Financeiros	0,7	2,9	-	6,8	-57,6%	4,0	27,6	-
Custos Financeiros	0,4	1,1	-	0,8	37,8%	9,9	2,4	-76,1%
EBT	21,0	6,9	-67,0%	10,8	-35,8%	23,2	39,5	70,3%
Impostos	-0,7	-0,4	48,1%	1,0	-	-0,4	-0,5	-36,9%
Resultado Líquido	20,3	6,5	-67,7%	11,7	-44,3%	22,8	39,0	70,8%
Atribuível ao Grupo	20,5	6,8	-66,6%	12,2	-43,8%	23,0	40,3	74,9%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	-0,2	-0,3	-39,5%	-0,4	30,2%	-0,2	-1,3	-

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 45% na SIRS, a participação de 50% na S21Sec cyberseguridad, a participação de 50% na Big Data e a participação de 50% na ZOPT; (5) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda bem como a mais-valia gerada na operação;

Balanço Consolidado

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	3T14 ^(R)	3T15	Δ 15/14	2T15	q.o.q.	9M14 ^(R)	9M15	Δ 15/14
Total Ativo Líquido	1 075,2	1 114,3	3,6%	1 124,9	-0,9%	1 075,2	1 114,3	3,6%
Ativo Não Corrente	773,1	792,5	2,5%	797,0	-0,6%	773,1	792,5	2,5%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	28,7	29,1	1,5%	29,3	-0,5%	28,7	29,1	1,5%
Goodwill	29,5	29,3	-0,6%	29,0	1,2%	29,5	29,3	-0,6%
Investimentos	707,6	725,6	2,5%	730,9	-0,7%	707,6	725,6	2,5%
Impostos Diferidos Ativos	7,1	8,2	15,4%	7,6	7,3%	7,1	8,2	15,4%
Outros	0,3	0,3	1,4%	0,3	-8,5%	0,3	0,3	1,4%
Ativo Corrente	302,1	321,8	6,5%	327,8	-1,8%	302,1	321,8	6,5%
Clientes	39,4	34,4	-12,7%	43,1	-20,1%	39,4	34,4	-12,7%
Liquidez	182,9	181,9	-0,5%	176,7	2,9%	182,9	181,9	-0,5%
Outros	79,8	105,5	32,2%	108,0	-2,4%	79,8	105,5	32,2%
Capital Próprio	998,9	1 046,7	4,8%	1 043,0	0,4%	998,9	1 046,7	4,8%
Atribuível ao Grupo	999,0	1 048,2	4,9%	1 044,3	0,4%	999,0	1 048,2	4,9%
Interesses Sem Controlo	-0,1	-1,5	-	-1,3	-18,2%	-0,1	-1,5	-
Total Passivo	76,4	67,6	-11,5%	81,8	-17,4%	76,4	67,6	-11,5%
Passivo Não Corrente	18,4	14,5	-21,2%	14,7	-1,5%	18,4	14,5	-21,2%
Empréstimos Bancários	8,5	9,1	6,7%	9,0	1,2%	8,5	9,1	6,7%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	3,0	3,4	14,1%	3,8	-9,6%	3,0	3,4	14,1%
Outros	6,9	2,0	-71,0%	2,0	1,7%	6,9	2,0	-71,0%
Passivo Corrente	58,0	53,1	-8,4%	67,2	-20,9%	58,0	53,1	-8,4%
Empréstimos	2,0	2,1	5,1%	1,5	35,7%	2,0	2,1	5,1%
Fornecedores	21,5	17,3	-19,3%	26,7	-35,0%	21,5	17,3	-19,3%
Outros	34,5	33,7	-2,4%	39,0	-13,5%	34,5	33,7	-2,4%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	1,9	1,8	-0,5%	2,5	-25,1%	4,7	6,1	29,9%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,8%	5,7%	-0,2pp	7,0%	-1,4pp	5,2%	6,1%	0,9pp
CAPEX Total	1,9	1,8	-4,4%	2,5	-25,1%	10,3	6,1	-40,7%
EBITDA de portefólio-CAPEX Operacional	0,6	-0,4	-	-1,6	73,8%	0,1	-2,6	-
Dívida Bruta	16,9	12,3	-26,9%	11,8	5,1%	16,9	12,3	-26,9%
Dívida Líquida	-166,0	-169,6	-2,2%	-165,0	-2,8%	-166,0	-169,6	-2,2%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

(R) No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei nº 248-A de 2002 e Dec. Lei nº 151-A/2013), a Sonae e a Sonae com efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação às quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes. Os referidos pagamentos voluntários foram reconhecidos no ativo, de acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre o rendimento". No entanto, no âmbito da verificação das contas de 2012, a CMVM discordou da interpretação da Sonae, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras, argumentando que os pagamentos efetuados relativos a outros impostos que não IRC se enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonae com efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras, sendo que o impacto desta alteração é nulo na demonstração dos resultados e imaterial na demonstração da posição financeira.



FCF Alavancado

Milhões de euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	3T14	3T15	Δ 15/14	2T15	q.o.q.	9M14	9M15	Δ 15/14
EBITDA do portfólio -CAPEX Operacional	0,6	-0,4	-	-1,6	73,8%	0,1	-2,6	-
Varição de Fundo de Maneio	-3,4	-1,4	59,6%	-0,3	-	-4,4	-2,6	40,6%
Itens não Monetários e Outros	0,2	-0,1	-	4,3	-	2,8	2,7	-2,2%
Cash Flow Operacional	-2,7	-1,9	29,7%	2,5	-	-1,5	-2,5	-64,8%
Investimentos	14,0	0,0	-100,0%	0,0	-	7,7	0,0	-100,0%
Dividendos	7,3	8,5	17,2%	8,9	-4,0%	8,6	17,4	100,8%
Resultados Financeiros	1,0	-0,9	-	-0,4	-148,4%	-0,3	0,9	-
Impostos	-0,7	-1,1	-61,0%	-0,1	-	-1,1	-1,9	-74,8%
FCF ⁽¹⁾	18,9	4,6	-75,4%	10,9	-57,3%	13,5	13,8	2,5%

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos.

4. Informação Financeira

4.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2014 (reexpresso)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	2.887.050	2.976.171	2.696.429
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	26.249.936	25.725.427	25.581.936
Goodwill	1.f), 1.w) e 7	29.322.991	29.493.997	28.719.066
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	725.359.538	706.332.699	721.607.751
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	151.645	1.142.185	1.424.996
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	113.054	115.448	113.054
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	292.244	287.089	507.518
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	8.254.952	7.063.152	6.837.230
Total de ativos não correntes		792.631.410	773.136.168	787.487.980
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	81.173.373	54.014.592	58.540.576
Inventários	1.i)	341.343	815.763	1.077.458
Clientes	1.g), 1.j), 4 e 22	34.401.079	39.417.665	40.000.771
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4 e 22	10.839.126	11.858.219	9.396.842
Outros ativos correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	13.136.911	13.135.964	11.912.225
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 1.k), 4, 12 e 22	181.800.413	182.857.094	182.010.595
Total de ativos correntes		321.692.245	302.099.297	302.938.467
Total do ativo		1.114.323.655	1.075.235.465	1.090.426.447
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.u) e 14	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	785.247.885	753.221.689	768.435.584
Resultado líquido consolidado do período		40.291.529	23.039.634	27.958.229
		1.048.244.089	998.965.998	1.019.098.488
Interesses sem controlo		(1.494.509)	(81.827)	(632.000)
Total do capital próprio		1.046.749.580	998.884.171	1.018.466.488
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 15.a)	8.969.384	8.508.815	9.058.985
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 16	757.339	476.117	480.274
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 17	3.394.301	2.973.928	2.579.321
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	104.219	158.687	-
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	1.235.240	6.237.422	1.075.209
Total de passivos não correntes		14.460.483	18.354.969	13.193.789
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 15.b)	2.067.053	1.967.147	1.980.451
Fornecedores	4 e 22	17.334.118	21.485.211	21.565.689
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 18	445.463	257.783	285.904
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	8.234.481	8.230.256	6.647.364
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	25.032.477	26.055.928	28.286.762
Total de passivos correntes		53.113.592	57.996.325	58.766.170
Total do passivo e capital próprio		1.114.323.655	1.075.235.465	1.090.426.447

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	dezembro 2014
Vendas	1.r) e 22	32.019.249	11.399.729	28.958.448	11.072.877	38.375.020
Prestações de serviços	1.r) e 22	67.656.846	21.177.941	60.609.536	20.509.843	83.341.646
Outros proveitos operacionais	1.q) e 22	1.292.441	502.855	2.165.989	1.515.465	2.761.594
		100.968.536	33.080.525	91.733.973	33.098.185	124.478.260
Custo das vendas	1.i)	(26.403.393)	(9.733.113)	(23.773.189)	(8.905.136)	(30.341.304)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 19 e 22	(33.102.710)	(9.661.860)	(30.574.185)	(9.945.620)	(41.853.327)
Custos com o pessoal	1.x) e 27	(37.269.520)	(12.485.462)	(32.512.423)	(11.839.175)	(44.454.793)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5, 6 e 7	(5.555.185)	(1.927.887)	(4.833.314)	(1.722.797)	(7.142.387)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.o), 1.w) e 17	(502.201)	331.263	-	-	(25.972)
Outros custos operacionais		(213.409)	(95.119)	(238.704)	(11.641)	(320.238)
		(103.046.418)	(33.572.178)	(91.931.815)	(32.424.369)	(124.138.021)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 20	16.346.079	5.636.552	16.280.727	7.307.086	15.742.802
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 20	25.270.317	2.159.390	(6.925.422)	(333.000)	(1.975.451)
Outros custos financeiros	1.h), 1.m), 1.v), 1.w), 20 e 22	(2.352.639)	(1.082.843)	(1.640.590)	(30.595)	(2.404.912)
Outros proveitos financeiros	1.v), 20 e 22	2.329.037	696.683	2.564.376	679.465	2.959.024
Resultados correntes		39.514.912	6.918.129	10.081.249	8.296.772	14.661.702
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 21	(527.094)	(378.860)	(385.616)	(730.876)	(689.789)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas		38.987.818	6.539.269	9.695.633	7.565.896	13.971.913
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	25	-	-	13.125.666	12.690.045	13.125.666
Resultado líquido consolidado do período		38.987.818	6.539.269	22.821.299	20.255.941	27.097.579
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	26	40.291.529	6.837.831	23.039.634	20.469.898	27.958.229
Interesses sem controlo		(1.303.711)	(298.562)	(218.335)	(213.957)	(860.650)
Resultados por ação	26					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,13	0,02	0,07	0,06	0,09
Diluídos		0,13	0,02	0,07	0,06	0,09
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,13	0,02	0,03	0,02	0,05
Diluídos		0,13	0,02	0,03	0,02	0,05

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	dezembro 2014
Resultado líquido consolidado do período		38.987.818	6.539.269	22.821.299	20.255.941	27.097.579
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:						
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	3.088.982	(2.424.162)	(13.098.985)	3.956.452	2.687.127
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	(57.368)	(483.258)	1.338.813	978.330	766.596
Rendimento integral consolidado do período		42.019.432	3.631.849	11.061.127	25.190.723	30.551.302
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		43.323.143	3.930.411	11.279.462	25.404.680	31.411.952
Interesses sem controlo		(1.303.711)	(298.562)	(218.335)	(213.957)	(860.650)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas			
2015											
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso - Nota 1)	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	-	27.958.229	1.019.098.488
Aplicação do resultado consolidado de 2014											
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	27.958.229	27.958.229	-	(27.958.229)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(13.759.606)	(13.759.606)	-	-	(13.759.606)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(417.936)	(417.936)	-	-	(417.936)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	-	3.031.614	3.031.614	-	40.291.529	43.323.143
Saldo em 30 de setembro de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(10.882.128)	785.247.885	-	40.291.529	1.048.244.089
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso - Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	-	(632.000)
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.303.711)	-	(1.303.711)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.350)	-	(37.350)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	417.936	-	417.936
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	60.616	-	60.616
Saldo em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.494.509)	-	(1.494.509)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(10.882.128)	785.247.885	(1.494.509)	40.291.529	1.046.749.580

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas			
2014											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	98.425.256	1.131.076.485
Aplicação do resultado consolidado de 2013											
Transferência para outras reservas (reexpresso - Nota 1)	-	-	-	-	-	-	98.425.256	98.425.256	-	(98.425.256)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2014	-	-	-	-	-	-	(11.760.172)	(11.760.172)	-	23.039.634	11.279.462
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	105.935	-	-	105.935	-	-	105.935
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	(1.183.193)	-	(1.134.660)	(2.317.853)	-	-	(2.317.853)
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 22 e 27)	-	-	-	-	-	-	492.439	492.439	-	-	492.439
Saldo em 30 de setembro de 2014	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(42.908.324)	753.221.689	-	23.039.634	998.965.998
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(218.335)	-	(218.335)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.920)	-	(19.920)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.396)	-	(113.396)
Saldo em 30 de setembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	(81.827)	-	(81.827)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(42.908.324)	753.221.689	(81.827)	23.039.634	998.884.171

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	102.793.546	96.474.949
Pagamentos a fornecedores	(62.285.717)	(59.774.690)
Pagamentos ao pessoal	(42.278.277)	(37.541.182)
Fluxo gerado pelas operações	(1.770.448)	(840.923)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.307.279)	(1.398.511)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	3.491.359	(2.461.980)
Fluxos das atividades operacionais (1)	(586.368)	(4.701.414)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	15.400.849
Ativos fixos tangíveis	4.072	8.296
Ativos intangíveis	-	239.156
Dividendos	17.357.220	8.642.154
Juros e proveitos similares	1.386.615	6.023.029
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	(5.522.187)
Ativos fixos tangíveis	(1.115.954)	(1.161.062)
Ativos intangíveis	(1.438.649)	(1.204.374)
Fluxos das atividades de investimento (2)	16.193.304	22.425.861
Atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-	2.201.037
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(152.373)	(128.980)
Juros e custos similares	(716.539)	(3.328.416)
Dividendos	(13.796.956)	(19.920)
Empréstimos obtidos	(625.382)	(21.558.910)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(15.291.250)	(22.835.189)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	315.686	(5.110.742)
Efeito das diferenças de câmbio	(310.620)	162.689
Efeitos das operações descontinuadas	-	(1.051.278)
Caixa e seus equivalentes no início do período	181.795.347	188.004.715
Caixa e seus equivalentes no final do período	181.800.413	182.005.384

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)
a) Recebimento de alienações		
Mainroad	-	13.354.926
S21	-	2.045.923
	-	15.400.849
b) Pagamento de aquisições		
Compra de ações Sonae SGPS	-	5.522.187
	-	5.522.187
c) Recebimento de dividendos		
ZOPT	15.815.466	7.250.000
NOS SGPS	1.541.754	1.321.504
Unipress	-	70.650
	17.357.220	8.642.154

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)
Numerário	12	26.448	20.326
Depósitos à ordem	12	71.534.070	20.932.288
Aplicações de tesouraria	12	110.239.895	161.904.480
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(297.456)	(851.710)
Caixa e seus equivalentes		181.502.957	182.005.384
Depósitos à ordem (saldos credores)		297.456	851.710
Disponibilidades constantes do balanço		181.800.413	182.857.094

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	2.693.931	1.198.056
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável



4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2015				
Multimédia	(1.475.354)	(614.580)	16.693	(2.073.241)
Sistemas de Informação	4.165.812	(1.758.487)	(1.240.149)	1.167.176
Holding	(3.276.826)	18.566.371	(14.067.794)	1.221.751
	(586.368)	16.193.304	(15.291.250)	315.686

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2014				
Multimédia	(2.514.050)	(361.954)	(42.443)	(2.918.447)
Sistemas de Informação	(1.721.038)	14.013.462	57.513	12.349.937
Holding	(466.326)	8.774.353	(22.850.259)	(14.542.232)
	(4.701.414)	22.425.861	(22.835.189)	(5.110.742)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



4.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAE COM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 8). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades, para além das atividades de holding:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.



Consequentemente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 17).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 12 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia e, tendo em consideração a IAS 34 – Relato financeiro intercalar. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2015:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	1-jan-16



Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-17
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas) As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	1-jan-16
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

Regime Especial de Regularização de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social

No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei 248-A de 2002 e Decreto-Lei n.º 151- A/2013), a Sonae e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação aos quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes.

A avaliação efetuada até à altura dos referidos pagamentos, e não alterada desde então, é que os referidos processos correspondem a contingências cuja probabilidade de se concretizarem em exfluxos de recursos é remota, sendo tais processos motivados por diferenças de interpretação da legislação fiscal aplicável e, por conseguinte, correspondendo a posições incertas em termos fiscais. Em resultado da referida avaliação, os montantes envolvidos são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras, não dando origem ao reconhecimento de qualquer passivo.

Os valores pagos ao abrigo dos regimes referidos foram reconhecidos como ativo, na rubrica de "Outras dívidas de terceiros", de acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre o rendimento". No caso da Sonaecom apenas foram pagos valores relativos a outros impostos que não IRC, sendo que, não estando previsto tratamento específico no normativo, a Sonae e a Sonaecom definiram, por analogia, uma política semelhante à relativa aos pagamentos relativos a IRC.

No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae a correção retrospectiva das demonstrações



financeiras com a argumentação de que os pagamentos efetuados relativos a outros impostos que não IRC se enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade.

Balanço consolidado para o período findo em 30 de setembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do RERD	Depois da alteração
Ativo			
Ativos não correntes			
Total de ativos não correntes	773.136.168	-	773.136.168
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	54.014.592	-	54.014.592
Inventários	815.763	-	815.763
Clientes	39.417.665	-	39.417.665
Outras dívidas de terceiros	17.271.442	5.413.223	11.858.219
Outros ativos correntes	13.135.964	-	13.135.964
Caixa e equivalentes de caixa	182.857.094	-	182.857.094
Total de ativos correntes	307.512.520	5.413.223	302.099.297
Total do ativo	1.080.648.688	5.413.223	1.075.235.465
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	230.391.627	-	230.391.627
Ações próprias	(7.686.952)	-	(7.686.952)
Reservas	758.634.912	5.413.223	753.221.689
Resultado líquido consolidado do período	23.039.634	-	23.039.634
	1.004.379.221	5.413.223	998.965.998
Interesses sem controlo	(81.827)	-	(81.827)
Total do capital próprio	1.004.297.394	5.413.223	998.884.171
Passivo			
Passivo não corrente			
Total de passivos não correntes	18.354.969	-	18.354.969
Passivo corrente			
Total de passivos correntes	57.996.325	-	57.996.325
Total do passivo e capital próprio	1.080.648.688	5.413.223	1.075.235.465

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 30 de setembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo
As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o



montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	1 - 10
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	4-20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento,

encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos, sendo a maior parte amortizada entre 3 e 6 anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.



f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de

resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 30 de setembro de 2015 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.



(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação,



obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo



valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2015, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para

efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

Para as empresas da área da segurança digital, os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de desenvolvimento do projeto.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos no balanço como passivo, em 'Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo' e 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos' e são amortizados de acordo com os planos de pagamento estabelecidos. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.



r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de setembro de



2015, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 20,6 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desconhecidos durante o período findo em 30 de setembro de 2015.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2015		2014	
	30 de setembro	Média	30 de setembro	Média
Libra inglesa	1,3541	1,3766	1,2865	1,2318
Real brasileiro	0,2232	0,2870	0,3245	0,3226
Dólar americano	0,8926	0,8978	0,7947	0,7381
Zloti (Polónia)	0,2356	0,2407	0,2394	0,2395
Dólar australiano	0,6274	0,6849	0,6924	0,6778
Pesos mexicanos	0,0527	0,0578	0,0588	0,0563
Libra egípcia	0,1143	0,1169	0,1107	0,1046
Ringgit (Malásia)	0,2031	0,2384	0,2421	0,2278
Peso chileno	0,0013	0,0014	0,0013	0,0013
Dólar de Singapura	0,6281	0,6585	0,6226	0,5870
Franco suíço	0,9162	0,9423	0,8290	0,8210
Coroa sueca	0,1063	0,1067	0,1093	0,1107
Rand de África do Sul	0,0645	0,0732	0,0701	0,0688
Kwanza (Angola)	0,0065	0,0079	0,0081	0,0076
Dinar de Marrocos	0,0918	0,0923	0,0905	0,0893

Em 30 de setembro de 2015, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 172.000 (USD 352.800, em 30 de setembro de 2014), que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 1 mês (1 mês em 30 de setembro de 2014).

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.



Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato. Um plano de ações Sonae SGPS encontra-se coberto por contrato de cobertura.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual



fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' (Nota 27).

A 30 de setembro de 2015, os planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão e os planos atribuídos durante o ano 2014 e 2015 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Colômbia, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de



instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 30 de setembro de 2015 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.



Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações

urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de setembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' – usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Itrust – Cyber Security Intelligence, S.A. ('Itrust') (a)	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	100%	100%
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (b)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	77,65%	100%	60%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad') (c)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	Alienada		Alienada	
PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. (PCJ)	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (b) e (h)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	60%
S21 Sec Brasil, Ltda ('S21 Sec Brasil') (b)	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	S21 Sec Gestion	99,99%	77,65%	99,99%	60%
S21 Sec Ciber seguridad (b) e (i)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion S21 Sec México	50% 50%	77,65%	50%	30%
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	77,65%	100%	60%
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	Sonaecom CSI	77,65%	77,65%	60%	60%
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.') (b)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	100%	77,65%	100%	60%
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs') (b)	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	77,65%	100%	60%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
S21 Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (b)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e segurança digital.	S21 Sec Gestion	100%	77,65%	100%	60%
S21 Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México') (b)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,87%	77,65%	99,87%	60%
S21 Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV') (b)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,99%	77,65%	99,99%	60%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety – Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colombia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. ('SIEG') (b)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, <i>software</i> , <i>hardware</i> e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de sensibilidade e indicadores de forma prospetiva.	S21 Sec Gestion	100%	77,65%	100%	60%
Sonae com – Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. ('Sonae com CSI') (d)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonae com SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Información Española, S.L. ('SSI Española')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonae com BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae telecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z o.o. ('We Do Poland') (e)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	100%	90% 5% 5%	100%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	100%	0,001% 99,999%	100%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá') (f)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	Liquidada		100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura') (g)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	Liquidada		100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em julho 2014

(b) Empresa adquirida em julho 2014. Em 25 de junho de 2015 a empresa Sonaecom Cyber Security and Intelligence adquiriu mais 17,65% do capital do Grupo S21SEC Gestion, S.A..

(c) Empresa alienada em setembro 2014

(d) Empresa constituída em maio 2014

(e) Empresa iniciou o seu processo de liquidação a 1 de janeiro de 2015

(f) Empresa liquidada em 2014

(g) Empresa liquidada em dezembro 2014

(h) Empresa liquidada em setembro 2015

(i) Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Face a esta alteração na percentagem do capital detido, a S21 SEC Ciberseguridad SA de CV passou a ser incluída na consolidação pelo método integral.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Aquisições

No período findo em 30 de setembro de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV, empresa já detida a 50% pela S21 SEC México, por um montante de 1.480 euros. Desta forma, a empresa passou a ser detida a 77,65% pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A (participação efetiva), passando a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 7).

No período findo em 30 de setembro de 2015, a empresa Sonaecom Cyber Security and Intelligence adquiriu mais 17,65% do capital do Grupo S21SEC Gestion, S.A. pelo montante de 1 euro.



Em 30 de setembro de 2014, o detalhe das aquisições é como se segue:

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2014				
Sonaecom CSI	Lookwise	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Barcelona	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Brasil	jul-14	99,99%	59,99%
Sonaecom CSI	S21 Sec FRM	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Gestion	jul-14	60%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Inc.	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Labs	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Institute	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec México	jul-14	99,87%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec, S.A. de CV	jul-14	99,99%	60%
Sonaecom CSI	SIEG	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Ciber seguridad	jul-14	50%	30%
Sonaecom CSI	Big Data	jul-14	50%	30%

O balanço destas empresas ('Grupo S21') adquiridas com efeitos a 31 de julho de 2014 incorporado nas contas consolidadas do Grupo desde essa data pode ser detalhado como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	5	296.360	-	296.360
Ativos intangíveis	6	8.415.602	-	8.415.602
Outros ativos não correntes		373.756	-	373.756
Impostos diferidos ativos	11	1.044.217	-	1.044.217
Clientes		2.276.529	-	2.276.529
Outras dívidas de terceiros		1.983.746	-	1.983.746
Outros ativos correntes		746.850	-	746.850
Caixa e equivalentes de caixa		2.828.615	-	2.828.615
		17.965.675	-	17.965.675
Passivos adquiridos				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo		10.550.712	-	10.550.712
Provisões para outros riscos e encargos	17	-	273.266	273.266
Outros passivos não correntes		41.901	-	41.901
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		2.416.104	-	2.416.104
Fornecedores		1.679.816	-	1.679.816
Outras dívidas a terceiros		2.686.420	-	2.686.420
Outros passivos correntes		242.455	-	242.455
		17.617.408	273.266	17.890.674
Total dos ativos líquidos adquiridos		348.267	(273.266)	75.001
Preço de aquisição				75.001
Goodwill / (Badwill)				-

No seguimento da aquisição deste grupo de empresas foi feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos tendo sido registadas Provisões para outros riscos e encargos para fazer face a contingências diversas possíveis.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, o Grupo não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O contributo do Grupo S21 para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no período findo em 30 de setembro de 2015, foi negativo em 2,39 milhões de euros.



O detalhe do referido contributo é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 30 de setembro de 2015
Receitas totais	8.517.872
Custos e perdas	
Custo das vendas	(501.096)
Fornecimentos e serviços externos	(2.628.954)
Custos com pessoal	(6.016.254)
Amortizações e depreciações	(2.248.582)
Provisões e perdas por imparidade	(56.655)
Outros custos operacionais	(20.332)
	(11.471.873)
Resultados financeiros	(769.056)
Imposto sobre o rendimento	(107)
Resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses sem controlo	(3.723.164)
Resultado líquido consolidado atribuível a interesses sem controlo	(1.328.893)
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	(2.394.271)

O contributo do Grupo S21 no balanço consolidado da Sonaecom em 30 de setembro de 2015 é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 30 de setembro de 2015
Ativo	
Ativos fixos tangíveis	225.390
Ativos intangíveis	6.057.259
Impostos diferidos ativos	924.079
Clientes	2.401.898
Outras dívidas de terceiros	896.033
Caixa e equivalentes de caixa	204.838
Outros ativos	2.540.686
Total do ativo	13.250.183
Passivo	
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	8.513.782
Outros passivos não correntes	424.131
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	2.067.053
Fornecedores	945.125
Outras dívidas a terceiros	760.562
Outros passivos correntes	1.748.922
Total do passivo	14.459.575
Ativos líquidos	(1.209.392)

b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2014				
Sonae com SI	Sonaecom CSI	mai-14	50.000 EUR	100%
Sonaecom CSI	itrust	jul-14	50.000 EUR	100%



c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	Capital
2015			
S21 Sec Gestion	S21 Sec Barcelona	Set-15	78%

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Miauger	Lugares Virtuais	fev-14	100%
Sonaecom	Miauger	mai-14	100%
We Do BV	We Do Panamá	dez-14	100%
We Do BV	We Do Singapura	dez-14	100%

d) Alienações

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Sonae com SI	Mainroad	set-14	100%

Em setembro de 2014 a Mainroad foi alienada à empresa conjuntamente controlada NOS Comunicações S.A. por 14 milhões de euros, montante baseado em avaliações independentes. O contrato de compra e venda contempla a possibilidade de ajustes futuros ao preço base, resultantes da evolução das receitas futuras. Em resultado do valor da venda e do desconhecimento da Mainroad, foi gerada, nas contas consolidadas da Sonaecom, uma mais-valia de 12,6 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	30 de setembro de 2014
Ativo		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	(2.437.500)
Ativos intangíveis	6	(169.646)
Impostos diferidos ativos	11	(169.548)
Total de ativos não correntes		(2.776.694)
Ativos correntes		
Clientes		(2.971.079)
Outras dívidas de terceiros		(122.457)
Outros ativos correntes		(545.243)
Caixa e equivalentes de caixa		(645.074)
Total de ativos correntes		(4.283.853)
Passivo		
Passivo não corrente		
Outros passivos financeiros não correntes		37.441
Provisões para outros riscos e encargos	17	315.990
Outros passivos não correntes		218.089
Total de passivos não correntes		571.520
Passivo corrente		
Fornecedores		2.121.435
Outros passivos financeiros		19.206
Outras dívidas a terceiros		666.821
Outros passivos correntes		2.296.831
Total de passivos correntes		5.104.293
Total dos ativos e passivos desconhecidos		(1.384.734)
Contrapartida recebida		14.000.000
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 25)		12.615.266

4. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2015
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	151.645	-	151.645	-	151.645
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	113.054	-	-	113.054	-	113.054
Outros ativos não correntes	292.244	-	-	-	292.244	-	292.244
	292.244	113.054	151.645	-	556.943	-	556.943
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	81.173.373	-	81.173.373	-	81.173.373
Cientes	34.401.079	-	-	-	34.401.079	-	34.401.079
Outras dívidas de terceiros	1.177.457	-	-	-	1.177.457	9.661.669	10.839.126
Outros ativos correntes	-	-	-	10.755.926	10.755.926	2.380.985	13.136.911
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	181.800.413	-	-	-	181.800.413	-	181.800.413
	217.378.949	-	81.173.373	10.755.926	309.308.248	12.042.654	321.350.902
2014 (reexpresso)							
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.142.185	-	1.142.185	-	1.142.185
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	115.448	-	-	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	287.089	-	-	-	287.089	-	287.089
	287.089	115.448	1.142.185	-	1.544.722	-	1.544.722
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	54.014.592	-	54.014.592	-	54.014.592
Cientes	39.417.665	-	-	-	39.417.665	-	39.417.665
Outras dívidas de terceiros	2.062.523	-	-	-	2.062.523	9.795.696	11.858.219
Outros ativos correntes	-	-	-	10.457.725	10.457.725	2.678.239	13.135.964
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	182.857.094	-	-	-	182.857.094	-	182.857.094
	224.337.282	-	54.014.592	10.457.725	288.809.599	12.473.935	301.283.534



					2015
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	8.969.384	-	8.969.384	-	8.969.384
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	757.339	757.339	-	757.339
Outros passivos não correntes	-	39.491	39.491	1.195.749	1.235.240
	8.969.384	796.830	9.766.214	1.195.749	10.961.963
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	2.067.053	-	2.067.053	-	2.067.053
Fornecedores	-	17.334.118	17.334.118	-	17.334.118
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	445.463	445.463	-	445.463
Outras dívidas a terceiros	-	563.678	563.678	7.670.803	8.234.481
Outros passivos correntes	-	17.100.833	17.100.833	7.931.644	25.032.477
	2.067.053	35.444.092	37.511.145	15.602.447	53.113.592

					2014
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	8.508.815	-	8.508.815	-	8.508.815
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	476.117	476.117	-	476.117
Outros passivos não correntes	-	5.444.055	5.444.055	793.367	6.237.422
	8.508.815	5.920.172	14.428.987	793.367	15.222.354
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	1.967.147	-	1.967.147	-	1.967.147
Fornecedores	-	21.485.211	21.485.211	-	21.485.211
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	257.783	257.783	-	257.783
Outras dívidas a terceiros	-	2.630.706	2.630.706	5.599.550	8.230.256
Outros passivos correntes	-	17.587.594	17.587.594	8.468.334	26.055.928
	1.967.147	41.961.294	43.928.441	14.067.884	57.996.325

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

Ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A/2002), a Sonaecom efetuou, voluntariamente, pagamentos de impostos no montante de cerca de 5,4 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas a Sonaecom mantém os procedimentos judiciais tendentes a que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos, de acordo com a política adotada pela Sonaecom. No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae a correção retrospectiva das demonstrações financeiras de todos os pagamentos que não sejam relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com a argumentação de que se trata de um ativo contingente. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade (Nota 1).

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, a tendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2015
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Adições	500	442	-	678.155	1.735	221.509	902.341
Alienações	-	-	-	(158.850)	-	-	(158.850)
Transferências e abates	(11.567)	21.551	-	917	(215)	(202.846)	(192.160)
Saldo em 30 setembro 2015	3.517.257	10.278.260	72.116	8.896.069	425.790	48.511	23.238.003
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.482.993	389.868	-	19.990.243
Depreciações do período	166.252	77.303	9.860	362.648	22.730	-	638.793
Alienações	-	-	-	(158.104)	-	-	(158.104)
Transferências e abates	(81.340)	(4.332)	-	(34.220)	(87)	-	(119.979)
Saldo em 30 setembro 2015	2.201.210	10.042.896	41.019	7.653.317	412.511	-	20.350.953
Valor líquido	1.316.047	235.364	31.097	1.242.752	13.279	48.511	2.887.050
2014							
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1.302.572	27.496.193
Entrada de empresas (Nota 3. a))	928.629	631.866	39.669	2.467.953	127.207	-	4.195.324
Adições	29.328	4.041	-	168.741	-	403.146	605.256
Alienações	(66)	-	(3.712)	(22.761)	-	-	(26.539)
Transferências e abates	834.689	(188.724)	65	554.895	867	(1.411.977)	(210.185)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(5.708.178)	(1.710.071)	-	(1.766.740)	(769)	(87.732)	(9.273.490)
Saldo em 30 setembro 2014	3.528.402	10.185.969	72.116	8.415.685	378.378	206.009	22.786.559
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Entrada de empresas (Nota 3. a))	815.248	600.391	9.654	2.404.872	68.800	-	3.898.965
Depreciações do período *	522.439	119.927	5.923	396.687	12.407	-	1.057.383
Alienações	(8)	-	(412)	(22.117)	-	-	(22.537)
Transferências e abates	8.137	(298.875)	7	37.204	(1)	-	(253.528)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(3.891.918)	(1.500.003)	-	(1.443.300)	(769)	-	(6.835.990)
Saldo em 30 setembro 2014	2.068.364	9.964.018	27.797	7.434.711	315.498	-	19.810.388
Valor líquido	1.460.038	221.951	44.319	980.974	62.880	206.009	2.976.171

* As depreciações do período findo em 30 de setembro de 2014, no montante de 1.057.383 euros, incluem o montante de 467.599 euros relativos a depreciações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d), 8 e 25) e o montante de 589.784 euros relativos a unidades continuadas.

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de setembro de 2015 e 2014, ascendia a 2.434.800 euros e a 1.483.682 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 1.173.271 euros e 578.143 euros, respetivamente.

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.



O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de setembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	2015	2014
Sistemas de informação / equipamento informático	48.511	201.102
Outros projetos em curso	-	4.907
	48.511	206.009

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.

6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2015
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	55.566.461	5.418.866	71.986.029
Adições	13.723	1.460.971	3.727.484	5.202.178
Transferências e abates	427.122	4.110.815	(4.270.086)	267.851
Saldo em 30 setembro 2015	11.441.547	61.138.247	4.876.264	77.456.058
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	36.059.975	-	46.404.093
Amortizações do período	608.668	4.307.724	-	4.916.392
Transferências e abates	352.511	(466.874)	-	(114.363)
Saldo em 30 setembro 2015	11.305.297	39.900.825	-	51.206.122
Valor líquido	136.250	21.237.422	4.876.264	26.249.936

				2014
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Entrada de empresas (Nota 3. a))	18.910.087	1.779.932	-	20.690.019
Adições	10.020	613.212	3.472.602	4.095.834
Transferências e abates	475.546	3.971.341	(3.425.103)	1.021.784
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(25.330)	(1.638.360)	-	(1.663.690)
Saldo em 30 setembro 2014	29.718.463	35.265.474	4.608.907	69.592.844
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Entrada de empresas (Nota 3. a))	10.242.112	1.616.691	-	11.858.803
Amortizações do período *	2.730.538	1.561.578	-	4.292.116
Transferências e abates	308.096	100.809	-	408.905
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(24.812)	(1.469.232)	-	(1.494.044)
Saldo em 30 setembro 2014	20.397.293	23.470.124	-	43.867.417
Valor líquido	9.321.170	11.795.350	4.608.907	25.725.427

* As amortizações do período findo em 30 de setembro de 2014 no montante de 4.292.116 euros incluem o montante de 48.586 euros relativos a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d), 8 e 25) e o montante de 4.243.530 euros relativo a unidades continuadas.



Em 30 de setembro de 2015 as adições do período relativos a ativos intangíveis em curso, incluem cerca de 3,7 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 3,4 milhões de euros em 30 de setembro de 2014), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID e NetClarus.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2015	2014
Saldo inicial	28.719.066	28.434.416
Outros movimentos do período	603.925	1.059.581
Saldo final	29.322.991	29.493.997

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui o efeito da atualização cambial de goodwill.

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2015 a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui ainda o apuramento do Goodwill resultante da compra de 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV no montante de 369.402 euros (Nota 3), o qual pode ser detalhado como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Justo Valor
Ativos adquiridos	
Ativos fixos tangíveis	5.852
Contas a receber e outros ativos	187.451
Caixa e equivalentes de caixa	62.419
	255.722
Passivos adquiridos	
Contas a pagar e outros passivos	857.147
	857.147
Total dos ativos líquidos adquiridos	(601.425)
Preço de aquisição	1.480
	(602.905)
Equivalência patrimonial registada à data da compra	233.503
Goodwill	(369.402)

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.



Assim, em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
2015		
Goodwill	23.292.991	6.030.000

	Sistemas de Informação	Multimédia
2014		
Goodwill	23.463.997	6.030.000

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	8,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	Entre 1% e 3%	0,0%	2,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 30 de setembro de 2015 e 2014. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 30 de setembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

Sede social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados	
	30 setembro 2015		30 setembro 2014		30 setembro 2015	30 setembro 2014
	Direto	Total	Direto	Total		
ZOPT (a) Porto	50%	50%	50%	50%	16.472.670	16.260.650
Unipress - Centro Gráfico, Lda. ('Unipress') Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	34.713	71.661
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' - usando a marca 'Rádio Nova') Porto	45%	45%	45%	45%	(11.447)	(35.822)
S21Sec Ciberseguridad SA de CV ('Ciberseguridad') (b) Cidade do México	Método consolidação integral		50%	30%	(149.700)	(15.747)
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (c) Gipuzcoa	50%	39%	50%	30%	(157)	(15)
Total (Nota 20)					16.346.079	16.280.727

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México a 50%. Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Desta forma, esta empresa passou a ser detida a 77,65% pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A (participação efectiva), passando a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 3).

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com a IFRS 11, a classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. Desta forma e de acordo com o disposto nesta norma, a 30 de setembro de 2015 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	30 setembro 2015			30 setembro 2014		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	633.758.552	87.849.200	721.607.752	622.585.085	87.849.200	710.434.285
Aumentos	-	-	-	1.500	-	1.500
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 20)	16.507.819	-	16.507.819	16.316.549	-	16.316.549
Efeito em reservas	3.088.982	-	3.088.982	(13.098.985)	-	(13.098.985)
Dividendos	(15.845.015)	-	(15.845.015)	(7.320.650)	-	(7.320.650)
	637.510.338	87.849.200	725.359.538	618.483.499	87.849.200	706.332.699
Registado em Provisões para outros riscos e encargos (Nota 17)						
Saldo em 1 de janeiro	(168.071)	-	(168.071)	(105.384)	-	(105.384)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 17)	17.910	-	17.910	(35.822)	-	(35.822)
	(150.161)	-	(150.161)	(141.206)	-	(141.206)
Total de Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente líquidos de perdas por imparidade	637.360.177	87.849.200	725.209.377	618.342.293	87.849.200	706.191.493

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	30 setembro 2015			30 setembro 2014		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	637.038.644	87.527.500	724.566.144	617.957.603	87.527.500	705.485.103
Unipress	471.257	321.700	792.957	506.652	321.700	828.352
SIRS	(149.569)	-	(149.569)	(141.206)	-	(141.206)
Ciber segurança	-	-	-	18.646	-	18.646
Big Data	(155)	-	(155)	598	-	598
Total	637.360.177	87.849.200	725.209.377	618.342.293	87.849.200	706.191.493

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2015
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.584.315	2.023.682	2.544.688	1.067.897	117.813	65.891
Unipress	50%	3.316	2.373	943	2.255	643	69
SIRS	45%	363	695	(332)	674	(5)	(13)
Big Data	39%	2	3	(1)	-	(1)	(1)

* Contas consolidadas não auditadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo, sendo que a 30 de setembro de 2015 a capitalização bolsista da NOS ascende a 3.797 milhões de euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a empresa recebeu o montante de 15.815.500 euros referente a dividendos da Zopt SGPS.

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. ('Zopt') (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS SGPS, SA, doravante 'NOS', após a alteração da sua denominação em junho de 2014), detendo 50,01% das ações representativas do seu capital social, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desconheceu em 2013 nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros, os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros, e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 9). O investimento registado ao justo valor foi reduzido na sequência da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias (Nota 13), em 5 de fevereiro de 2014, diminuindo o investimento em ações NOS em 26.476.792 ações

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

(141.650.837 euros). Desta forma, a Sonaecom, SGPS, S.A passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

No seguimento da fusão foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação. Conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais a avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos nesta operação esteve sujeita a alterações durante um período de um ano a contar desde a data de controlo, tendo este terminado em 26 de agosto de 2014.

O detalhe dos ativos líquidos do grupo ZON em 26 de agosto de 2013 e do goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 26 de agosto de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor inicialmente reportados	Alterações aos ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	598.675	57.301	-	655.976
Ativos intangíveis	137.644	170.575	(33.202)	275.017
Investimentos em empresas do grupo	33.646	284.807	(41.259)	277.194
Ativos por impostos diferidos	55.972	10.381	10.009	76.362
Inventários	18.034	-	-	18.034
Contas a receber e outros ativos	169.888	1.861	-	171.749
Caixa e equivalentes de caixa	157.914	-	-	157.914
	1.171.773	524.925	(64.452)	1.632.246
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	817.435	7.634	-	825.069
Provisões	25.948	7.798	42.872	76.618
Passivos por impostos diferidos	7.450	68.591	(9.994)	66.047
Planos de ações	3.694	-	-	3.694
Contas a pagar e outros passivos	296.169	2.062	-	298.231
Minoritários	9.662	-	-	9.662
	1.160.358	86.085	32.878	1.279.321
Total dos ativos líquidos adquiridos	11.415	438.840	(97.330)	352.925
Goodwill				1.147.075
Preço de aquisição				1.500.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) valorização dos canais TV Cines e TV Series (+66,1 milhões de euros), o qual será amortizado linearmente por um período de 10 anos; (ii) carteira de clientes (+71,3 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes que é de 6 anos; (iii) investimentos financeiros (+262,1 milhões de euros) que incluem +224,2 milhões de euros de benefícios económicos futuros estimados ('goodwill') das participadas, valorizações de canais no montante de +29,4 milhões de euros, valorização de carteira de clientes no montante de +17,1 milhões de euros, entre outros e respetivos impostos diferidos associados; (iv) aumento em +57,3 milhões de euros ao valor contabilístico de equipamento básico; (v) alteração do justo valor dos empréstimos obtidos no montante de -7,6 milhões de euros; e (vi) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -59,6 milhões de euros.

O detalhe dos ativos líquidos do grupo Optimus em 26 de agosto de 2013 e do Goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 26 de agosto de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor inicialmente reportados	Alterações aos ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	569.441	(62.616)	-	506.825
Ativos intangíveis	353.331	45.480	-	398.811
Ativos por impostos diferidos	100.976	27.626	(2.368)	126.234
Inventários	19.125	(1.384)	-	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	-	224.165
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	-	17.987
	1.285.025	9.106	(2.368)	1.291.763
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	452.362	-	-	452.362
Provisões	35.224	30.091	47.124	112.439
Passivos por impostos diferidos	1.142	10.997	-	12.139
Planos de ações	6.469	3.144	-	9.613
Contas a pagar e outros passivos	287.368	15.326	-	302.694
	782.565	59.558	47.124	889.247
Total dos ativos líquidos adquiridos	502.460	(50.452)	(49.492)	402.516
Goodwill				597.484
Preço de aquisição				1.000.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (+23,4 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) licenças de telecomunicações (+12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (iii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de -22,7 milhões de euros; (iv) ajustamento de -27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito da operação de fusão, nomeadamente, o acordo para a existência de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (v) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -80,9 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3, dos quais uma parte, correspondente a contingências fiscais, foi registada como redução aos ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais; e (vi) obrigações contratuais no montante de -15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

A metodologia utilizada nos principais ajustamentos ao justo valor foi os *Cash flows* descontados (Nível 3) com exceção das Torres de telecomunicações que foi usado os Custos de reconstrução atual (Nível 2), o Equipamento básico que foi usado os Custos de reposição (Nível 2) e as Obrigações contratuais que foi usada a Comparação com custos atuais (Nível 2).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes Optimus utilizado na valorização da carteira de clientes; (ii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir das mesmas.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, os quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos.

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa



componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.

Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

1. Processos com entidades reguladoras

- Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a disponibilização dos canais TV CINES, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração. Em julho de 2015 o grupo NOS foi notificado da decisão de arquivamento do processo por parte do Conselho da Autoridade da Concorrência.
- A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros, 7.270 milhares de euros e 7.426 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros, 104 milhares de euros e 107 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros, 149 milhares de euros e 165 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entre tanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pelo ICP-ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ICP-ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente à Taxa Anual de 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

2. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2014, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2012. Na sequência destas inspeções, a NOS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 25,8 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 17,3 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

3. Ações da PT contra a NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a PT

- A MEO (PT) intentou contra a NOS Madeira, um processo no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, acrescido de juros, relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços reclamados, aos serviços e à legitimidade da MEO quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013 pelo Tribunal de 1ª instância, que, embora parcialmente procedente, aderiu largamente aos fundamentos invocados pela NOS Madeira. Dessa decisão recorreu a MEO para a Relação de Lisboa, a qual veio, em junho de 2015, a proferir



acórdão de absolvição total da NOS Madeira do pedido relativo a MID e de confirmação da decisão da primeira instância quanto aos demais pedidos. Este acórdão ainda foi objeto de recurso da MEO para o Supremo Tribunal de Justiça.

- Em 2011, a PT intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, estando atualmente em curso a realização da prova pericial.
- A PT efetuou duas notificações judiciais avulsas à NOS SA (abril de 2013 e julho de 2015), duas à NOS Açores (março e junho de 2013) e duas à NOS Madeira (março e junho de 2013), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela PT e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos.
A PT não indica em todas as notificações os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS SA, no valor de 26 milhões de euros (para o período de agosto de 2011 a maio de 2014), no caso da NOS Açores, no valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.
- Em 2011, a NOS SA intentou contra a PT, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da PT, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela PT no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, que está atualmente em curso.
É entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA obter vencimento na ação, até pelo facto da PT já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pelo ICP- ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação.

Os casos e processos acima descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a NOS Açores foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a NOS Açores, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Relativamente ao primeiro processo, foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela NOS Açores para cerca de 97 milhares de euros. No seguimento do recurso apresentado pela PT que a Relação de Lisboa veio a julgar procedente, a NOS Açores foi condenada ao pagamento de 222 milhares de euros. Esta decisão foi novamente objeto de novo recurso, em fevereiro de 2015, para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual em abril de 2015 veio a pronunciar-se pela revogação da decisão da Relação e pela confirmação da decisão proferida em primeira instância, isto é, pela condenação da NOS Açores a pagar o valor líquido de 97 milhares de euros, acrescidos de juros de mora, os quais se computam em cerca de 50 milhares de euros. Relativamente ao segundo processo, no terceiro trimestre de 2014 a NOS Açores foi condenada a pagar os 316 milhares de euros, sem prejuízo dos juros e custas, montante pago durante o exercício de 2014.

4. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. A ação aguarda julgamento.

5. Ações contra a SPORT TV

- A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática de infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos premium.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, tendo entretanto sido proferida decisão pelo Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que alterou a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação que foi julgado improcedente, tendo a Sport TV recorrido desta decisão.

- Ação intentada pela Cogeco Cable INC, antiga acionista da Cabovisão, contra a Sport TV, NOS SGPS e um terceiro, solicitando, entre outros: (i) a condenação solidariamente das Rés ao pagamento à Autora da indemnização pelos danos decorrentes dos



comportamentos anticoncorrenciais, culposos e ilícitos, entre 3 de agosto de 2006 e 30 de março de 2011, especificamente pelo excesso de preço pago pela Cabovisão dos canais Sport TV, no valor de 9,1 milhões de euros; (ii) a condenação pelos danos correspondentes à remuneração de capital não disponível por força deste excesso de preço, no valor de 2,4 milhões de euros; e (iii) a condenação pelos danos decorrentes da perda de negócio resultante das práticas anticoncorrenciais da Sport TV, em termos a liquidar em execução da sentença. O Grupo NOS contestou a ação, aguardando julgamento.

É entendimento do Conselho de Administração do Grupo NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que, designadamente por motivos de índole formais, não é provável que o Grupo seja diretamente responsabilizado neste processo.

- A Cabovisão intentou uma ação contra a Sport Tv, na qual pede a esta última uma indemnização por alegados prejuízos decorrentes de abuso de posição dominante. O Conselho de Administração da Sport Tv e os advogados que acompanham o processo preveem um desfecho favorável do mesmo, não se estimando impactos nas contas, para além dos que já se encontram registados.

6. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até 31 de dezembro de 2014, o rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 31 de dezembro de 2014, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores de indemnizações faturadas ascendia a um total de 112.759 milhares de euros. Durante o período findo em 30 de setembro de 2015 foram reconhecidos, como réditos, recebimentos no montante de 3.612 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2014.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o rédito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo. As penalidades faturadas são registadas como conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo à receita reconhecida a quando da faturação.

7. Tarifas de Interligação

Em 30 de setembro de 2015, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

8. CNPD

Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Logo durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. Em 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu o valor da coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente destas decisões, a provisão inicial foi reduzida em 3,9 milhões de euros, afetando o resultado líquido do exercício de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação Lisboa em sede de recurso fixou a coima em 100 mil euros, decisão que transitou em julgado, tendo a NOS SA procedido ao respetivo pagamento em Abril de 2015 e reversão da provisão em 500 mil euros.

9. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (violação do direito de defesa da NOS SA). Em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base as mesmas acusações, processo



que constitui uma repetição da acusação inicialmente apresentada contra a NOS SA. Em setembro de 2014 a ANACOM aplicou, com base nos mesmos factos, uma coima à NOS SA, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros. Esta decisão foi impugnada judicialmente pela NOS SA, tendo em maio de 2015 sido proferida sentença absolutória, que revogou integralmente a decisão condenatória da ANACOM e, bem assim, a coima que havia sido aplicada. A ANACOM interpôs, na sequência disso, recurso de sentença, encontrando-se presentemente o processo em fase de recurso no Tribunal da Relação de Lisboa.

10. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no n.º 1 do artigo 58.º do CIRC, ao ter efetuado em exercícios anteriores prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.

11. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2012 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2015). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18.º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

12. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17.º a 22.º, da Lei n.º 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até Junho de 2014, a PT Comunicações, SA (PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada ilegalmente sem um procedimento concursal (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da Portugal Telecom). De acordo com o Artigo 18.º da referida Lei 35, os custos líquidos do operador responsável pelo serviço universal aprovados pelo ICP-ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS fica assim abrangida por esta contribuição extraordinária visto que a PTC veio solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que foi responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pelo ICP-Anacom, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior. Em Setembro de 2013, o ICP-Anacom deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão esta que foi impugnada pela NOS e em relação à qual a NOS foi, em Junho de 2014, notificada da contestação oferecida pelo ICP-Anacom. Ainda em Junho de 2014, o ICP-Anacom solicitou à NOS o envio da informação sobre o volume de negócios elegível, para efeito do pagamento da contribuição para o fundo de compensação relativa aos CSLU de 2007 a 2009, informação esta enviada com a ressalva de que tal não significava a aceitação ou concordância por parte da NOS quanto à existência de qualquer obrigação de efetuar o pagamento da contribuição extraordinária. Em novembro de 2014 o ICP – ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47 milhões de euros, decisão esta impugnada pela NOS. Após a conclusão de auditoria aos volumes de negócio elegível reportados em junho de 2014, o ICP – ANACOM, em janeiro de 2015, emitiu as notas de liquidação relativas à NOS no montante total de 18,6 milhões de euros referentes aos CSLU de 2007 a 2009, as quais foram devidamente impugnadas pela NOS em março 2015 e em relação às quais foi apresentada fiança, de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. Em junho de 2015, a ANACOM notificou a NOS do sentido provável da decisão quanto aos resultados de auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2012, no valor de 26,4 milhões de euros, e em setembro último deliberou a aprovação desses resultados, para o exercício de 2012, nesse valor, deliberação essa que será oportunamente impugnada pela NOS SGPS. É expectável que a PTC venha a submeter ao ICP-Anacom a breve trecho os cálculos dos

CLSU incorridos em 2013 e de janeiro a junho de 2014, estimando-se hoje que o valor total das contribuições referentes à NOS, durante o período de 2013 a junho de 2014, seja de 9,1 milhões de euros.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o SU incorrido pelo prestado designado (e não selecionado por via concorrencial) violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal, Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS continuará a impugnar judicialmente as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas. Sendo convicção do Conselho de Administração da NOS de que terão sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar.

Independentemente da convicção do Conselho de Administração da NOS, foi atribuída, já em 2014, no período de alocação do Goodwill previsto pela IFRS 3, uma provisão para fazer face a esta situação, relativamente à eventual responsabilidade até à data da fusão.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo NOS estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 8), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na ZOPT. Parte destas ações foram utilizadas no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias, conforme descrito abaixo.

No período findo em 30 de setembro de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram como segue:

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	23.511.755	-	81.173.373
Sonae SGPS	2.303.954	-	(2.736.246)	216.840	367.097	151.645
	59.965.572	-	(2.736.246)	23.728.595	367.097	81.325.018
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						151.645
Registado em ativos correntes (Nota 4)						81.173.373

* Planos de inventivo de médio prazo

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(8.217.685)	-	52.573.828
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(29.241)	(105.798)	2.582.949
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(8.246.926)	(105.798)	55.156.777
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.142.185
Registado em ativos correntes (Nota 4)						54.014.592

* Planos de inventivo de médio prazo



Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica 'Outros custos operacionais' e 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

As diminuições a 30 de setembro de 2015 do investimento em ações Sonae SGPS correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 30 de setembro de 2015.

As diminuições a 30 de setembro de 2014 do investimento em ações NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias (Nota 13). Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

O valor registado em ativos não correntes corresponde ao investimento em ações Sonae SGPS, para cobertura dos planos de incentivo de médio prazo, cujo pagamento irá ocorrer em mais de um ano.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	137.859
Nível de inputs na hierarquia de justo valor		Nível 1
Método de valorização		Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	7,371	1,100
Justo valor	81.173.373	151.645

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2015 no apuramento do justo valor.

2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor		Nível 1
Método de valorização		Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	4,774	1,148
Justo valor	52.573.828	2.582.949

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2014 no apuramento do justo valor.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2015	2014
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.347	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros		10.707	13.104
Perdas por imparidade		(100.000)	(100.000)
		113.054	115.448

Em 30 de setembro de 2015, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	12.350	5.440	696	14.594	357	(802)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	40	2	-	45	(10)	(10)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2014.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de setembro de 2015 e 2014, no montante de 8.254.952 euros e 7.063.152 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foi como segue:

							2015
	Saldo em 31 dezembro 2014	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a)	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d)	Saldo em 30 setembro 2015
Prejuízos fiscais	2.459.918	-	753.677	(19.515)	-	-	3.194.080
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.658.953	-	(57.266)	-	(131.135)	-	1.470.552
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.183.946	-	52.723	-	991.595	-	2.228.264
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.745.300	-	(189.250)	-	-	-	1.556.050
Efeito em resultados (Nota 21)	7.048.117	-	559.884	(19.515)	860.460	-	8.448.946
Unidades descontinuadas (Nota 3.d)	(169.548)	-	-	-	-	-	(169.548)
Outros	(41.339)	-	16.893	-	-	-	(24.446)
Saldo final	6.837.230	-	576.777	(19.515)	860.460	-	8.254.952

							2014
	Saldo em 31 dezembro 2013	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a)	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d)	Saldo em 30 setembro 2014
Prejuízos fiscais	848.995	1.090.050	572.725	(204.873)	-	-	2.306.897
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.510.903	21.109	348.199	-	(15.950)	(104.181)	1.760.080
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	946.535	-	-	-	444.193	(65.367)	1.325.361
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	227	-	-	-	(146)	-	81
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.997.545	-	(191.369)	-	-	-	1.806.176
Efeito em resultados (Nota 21)	5.304.205	-	729.555	(204.873)	428.097	-	6.256.984
Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a) e unidades descontinuadas (Nota 3.d)	-	1.111.159	-	-	-	(169.548)	941.611
Outros	(104.319)	-	(31.124)	-	-	-	(135.443)
Saldo final	5.199.886	1.111.159	698.431	(204.873)	428.097	(169.548)	7.063.152

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 30 de setembro de 2015, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21% (23% em setembro de 2014), devido à alteração da taxa de IRC de 23% para 21% a partir de 2015. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa a utilizar é de 22,5% (24,5% em setembro 2014). Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de setembro de 2015, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS												2015	
		Digitmarket *	We Do Brasil	We Do USA	SSI Espanha	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21 Sec Gestion	S21 Sec Institute	S21 Sec Labs	Lookwise	Total	Total Grupo Sonaecom	
Prejuízos fiscais reportáveis:														
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	26.514	-	-	-	-	-	-	26.514	26.514
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	26.517	-	-	-	-	-	-	26.517	26.517
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	183.770	-	-	-	-	-	-	183.770	183.770
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	94.232	-	-	-	-	-	-	94.232	94.232
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	-	-	13.482	45.833	-	-	59.315	59.315
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	126.288	-	-	289.787	36.623	12.017	526.337	-	991.052	991.052
A serem utilizados até 2030	-	-	-	163.112	32.650	-	-	-	-	-	-	-	195.762	195.762
A serem utilizados até 2033	-	-	-	123.413	-	-	-	-	-	-	-	-	123.413	123.413
A serem utilizados até 2034	-	-	-	739.828	-	-	-	-	-	-	-	-	739.828	739.828
A serem utilizados até 2035	-	-	-	730.727	22.950	-	-	-	-	-	-	-	753.677	753.677
Prejuízos fiscais	-	-	-	1.757.080	181.888	331.033	-	289.787	50.105	57.850	526.337	3.194.080	3.194.080	
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	664.298	5.081	285.871	302.717	-	101.331	7.073	-	-	-	-	-	702.073	1.366.371
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	2.089.157	52.723	-	21.017	-	-	-	-	-	-	-	-	73.740	2.162.897
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.556.050
Outros	-	-	(83.340)	75.684	-	(14.725)	(2.065)	-	-	-	-	-	(24.446)	(24.446)
Total	2.753.455	57.804	202.531	2.156.498	181.888	417.639	5.008	289.787	50.105	57.850	526.337	3.945.447	8.254.952	

* Em 2015 a Digitmarket deixou de ser incluída no REGTS

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2015	2014
Prejuízos fiscais	9.757.053	8.658.540
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	30.864.855	33.062.129
Outros	12.904.085	839.034
	53.525.993	42.559.703



Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2015	2014
2014	-	308.219
2015	1.109.565	1.226.551
2016	269.298	270.858
2017	151.129	206.253
2018	292.701	258.721
2019	371.427	373.730
2020	158.146	69.503
2021	92.162	173.547
2022	321.193	355.944
2023	87.958	97.052
2024	65.708	-
2025	312.211	-
2026	520.678	952.063
2027	261.739	256.524
2028	183.642	557.474
2029	1.664.913	-
2030	958.240	84.942
2031	87.290	106.853
2032	56.795	75.789
Sem limite de utilização	2.792.258	3.284.517
	9.757.053	8.658.540

Os anos de 2028 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de setembro de 2015 no montante de 104.219 euros (158.867 euros em 2014) resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	-	(89.522)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	(104.219)	88.971
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	(104.219)	88.971
Outros	-	551
Entrada de empresas no perímetro de consolidação	-	(158.687)
Saldo final	(104.219)	(158.687)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	39.514.912	10.081.249
Imposto	(8.298.132)	(2.318.687)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	6.626.898	174.516
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	860.460	362.730
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	287.043	119.571
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(3.363)	1.276.254
Impostos registados no período (Nota 21)	(527.094)	(385.616)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% (23% em 2014) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2015, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais,



tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2011 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	26.448	20.326
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	71.534.070	20.932.288
Aplicações de tesouraria	110.239.895	161.904.480
Caixa e equivalentes de caixa	181.800.413	182.857.094
Descobertos bancários (Nota 15)	(297.456)	(851.710)
	181.502.957	182.005.384

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' correspondia exclusivamente a aplicações bancárias.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2015, venceram juros a uma taxa média de 0,21% (0,54% em 2014) estando distribuídas, aquela data, por 6 instituições financeiras.

13. Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros.

Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital



social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 9) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 13, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

15. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2015	2014
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	Parcelar	-	4.334.836
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	1.229.223	1.229.223
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	600.919	600.919
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	573.839	573.839
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	547.000	547.000
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	309.000	309.000
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	296.000	296.000
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	192.000	192.000
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-24	Parcelar	2.050.058	-
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-25	Parcelar	1.642.789	-
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	dez-25	Parcelar	1.130.322	-
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(88.106)	(99.735)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	35.018	74.411
					8.969.384	8.508.815

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2015	2014
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14/out-14	-	-	1.083.709
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	jul-16	-	199.912	199.912
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	150.000	149.000
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	149.460	109.768
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	jul-16	-	99.600	98.912
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	jul-16	-	310.765	-
S21 Sec Gestion	Factoring	500.000	Indefinido	-	-	-
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	jul-16	-	324.153	-
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	157.335	-
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	187.941	-
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	190.431	-
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	297.456	294.118
Diversas	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	31.728
					2.067.053	1.967.147

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1,2 milhões de euros e a S21GES no montante de cerca de 909 mil euros com prazos, geralmente, até um ano.

Todas linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Subsídios reembolsáveis

Em 30 de setembro de 2015 o Grupo tinha subsídios reembolsáveis obtidos de entidades dependentes do Governo de Navarra, CDTI e 'Ministerio de Ciencia y Tecnología'. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e apresentam o seguinte plano de reembolso:

	2015
2015	301.369
2016	791.459
2017	1.122.990
2018	1.108.096
2019 and follows	2.034.962
	5.358.876

Estes subsídios vencem juros a taxas compreendidas entre os 0% e os 4%.

Outros

Em abril de 2012, a Wedo Américas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espirito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento era composto por 11 *tranches* semestrais, tendo sido a primeira exigível em abril de 2014. Este empréstimo foi antecipadamente reembolsado em outubro de 2014.



Os empréstimos da S21 Sec Gestion podem ser detalhados como se segue:

					2015
Denominação	Banco	Limite	Vencimento		
Empréstimo bancário	Popular	1.229.223	jul-21		
Empréstimo bancário	Santander	600.919	jul-21		
Empréstimo bancário	BBVA	573.839	jul-21		
Empréstimo bancário	Bankinter	547.000	jul-21		
Empréstimo bancário	Sabadell	309.000	jul-21		
Empréstimo bancário	Popular	296.000	jul-21		
Empréstimo bancário	La Caixa	192.000	jul-21		

A taxa de juro média destes empréstimos em 30 de setembro de 2015 foi de 3%.

Em 30 de setembro de 2015, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições, nomeadamente, à oneração ou constituição de garantias reais sobre os bens, elementos ou ativos do seu património das subsidiárias, à alteração das atividades principais empresas, à emissão de novas ações ou alteração dos direitos acionistas. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de setembro de 2015 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2015						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	169.469	874.779	865.083	860.937	977.713
Juros	118.661	131.053	167.539	123.941	80.754	37.719
	118.661	300.522	1.042.318	989.024	941.691	1.015.432
2014						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	-	64.000	916.000	916.000	916.000
Juros	116.056	112.439	100.000	70.000	70.000	70.000
	116.056	112.439	164.000	986.000	986.000	986.000

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.



Em 30 de setembro de 2015 e 2014, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2015						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	150.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	149.460	37.713	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	99.600	400	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	310.765	189.235	x	
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
S21 Sec Gestion	Factoring	500.000	-	500.000		x
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	324.153	810.847	x	
Outras	Diversos	-	297.456	-	x	
		7.638.629	5.279.327	2.693.931		
2014						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.418.545	5.418.545	-	x	x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	109.768	40.232	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	149.000	1.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	98.912	1.088	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191	x	
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
Outras	Diversos	-	294.118	-	x	
		10.922.174	10.018.236	1.198.056		

Em 30 de setembro de 2015 e 2014 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 757.339 euros e 476.117 euros, respetivamente.



O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de setembro de 2015 e 2014 era o seguinte:

	2015		2014	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2014	-	-	121.588	105.120
2015	160.294	144.252	245.058	218.299
2016	441.798	405.434	229.160	213.535
2017	418.081	399.276	199.485	196.946
2018 e seguintes	261.628	253.840	-	-
	1.281.801	1.202.802	795.291	733.900
Juros	(78.999)	-	(63.853)	-
	1.202.802	1.202.802	731.438	733.900
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(445.463)	-	(257.783)
	1.202.802	757.339	731.438	476.117

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Unidades descontinuadas (Notas 3.d))	Saldo final
2015							
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	3.814.053	-	223.869	(126.785)	(45.286)	-	3.865.851
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	2.579.321	-	997.056	(80.862)	(101.214)	-	3.394.301
	6.418.374	-	1.220.925	(207.647)	(146.500)	-	7.285.152
2014							
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	3.999.525	1.353.410	42.411	(188.626)	3.349	(137.277)	5.072.792
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	3.060.986	-	585.901	(102.500)	(254.469)	(315.990)	2.973.928
	7.085.511	1.353.410	628.312	(291.126)	(251.120)	(453.267)	8.071.720



Os valores de reforços e reduções das Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber e das Provisões para outros riscos e encargos em 30 de setembro de 2015 e 2014 podem ser detalhados como se segue:

	2015		2014	
	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber				
Registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	223.869	(126.785)	-	(188.626)
Unidades descontinuadas (Nota 25)	-	-	42.411	-
Total reforços/(reduções) de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	223.869	(126.785)	42.411	(188.626)
Provisões para outros riscos e encargos				
Registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21)	608.948	(51.505)	544.389	(88.945)
Registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono de escritórios líquido do valor registado em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c))	1.270	-	738	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	11.447	(29.357)	35.822	-
Registado em reservas relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial	97.059	-	-	-
Outros aumentos e reversões - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade'	278.332	-	-	-
Total unidades continuadas	997.056	(80.862)	580.949	(88.945)
Unidades descontinuadas	-	-	4.952	(13.555)
Total reforços/(reduções) de provisões para outros riscos e encargos	997.056	(80.862)	585.901	(102.500)
Total registado na Demonstração de resultados na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	502.201	(126.785)	-	(188.626)

A 30 de setembro de 2015 e 2014, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2015	2014
Contingências diversas	2.344.855	2.031.449
Processos judiciais em curso	100.328	155.559
Desmantelamentos	49.767	32.107
Outras responsabilidades	899.351	754.813
	3.394.301	2.973.928

A 30 de setembro de 2015 e 2014, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 - 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'.

A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em períodos anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A 30 de setembro de 2014 a rubrica 'Outras responsabilidades' correspondia sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.r)), no montante de cerca de 423 mil euros.

18. Outros passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2015, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 445.463 euros (257.783 euros em 2014) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 16).



19. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Subcontratos	14.914.587	14.409.555
Trabalhos especializados	4.338.423	4.028.889
Rendas e alugueres	3.881.530	3.072.523
Deslocações e estadas	3.712.156	3.261.056
Publicidade e propaganda	2.157.760	2.058.224
Honorários	954.855	912.557
Comunicação	934.825	915.345
Comissões	398.741	495.831
Combustíveis	286.850	302.611
Eletricidade	268.975	195.241
Conservação e reparação	215.841	110.815
Segurança	87.107	101.711
Outros	951.060	709.827
	33.102.710	30.574.185

Os compromissos assumidos em 30 de setembro de 2015 e 2014 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2015	2014
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2014	-	995.807
2015	1.125.139	2.832.198
2016	2.884.805	2.237.609
2017	2.461.327	1.876.386
2018	1.692.550	1.339.226
2019 e seguintes	462.299	66.808
Renováveis por 1 ano	1.273.205	846.338
	9.899.325	10.194.372

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015 foram reconhecidos 3.500.179 euros (3.073.119 euros em 30 de setembro de 2014) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica 'Rendas e alugueres'.



20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	16.346.079	16.280.727
	16.346.079	16.280.727
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	23.728.595	(8.246.926)
Dividendos obtidos	1.541.722	1.321.504
	25.270.317	(6.925.422)
Custos financeiros:		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(433.568)	(792.333)
Juros de leasing	(273.341)	(536.011)
Outros juros	(30.984)	(22.428)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(129.243)	(233.894)
Outros custos financeiros	(1.691.300)	(341.779)
	(227.771)	(506.478)
	(2.352.639)	(1.640.590)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	730.601	1.636.987
Diferenças de câmbio favoráveis	1.229.253	769.601
Outros proveitos financeiros	369.183	157.788
	2.329.037	2.564.376

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria.

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Imposto corrente	(1.266.261)	(971.922)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 17)	(557.443)	(455.444)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	1.400.829	952.779
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(104.219)	88.971
	(527.094)	(385.616)

22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de setembro de 2015		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(941)	33.743	(47.190)
Outras partes relacionadas			
NOS Technology *	2.279.253	-	-
ZOPT	13.869	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	481.480	446.813	1.755
NOS Comunicações	420.485	200.074	866.451
Raso Viagens	3.762	233.552	9.709
SC-Sociedade de Consultadoria	114.636	-	(95.395)
Sierra Portugal	122.554	1.968	149.884
Sonae Indústria PCDM	172.657	-	-
Sonaecenter II	653.344	204.930	(1.286.267)
Worten	39.088	-	-
	4.300.187	1.121.080	(401.053)

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2014.

	Saldos em 30 de setembro de 2014		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(871)	-	(23.021)
Outras partes relacionadas			
NOS Technology *	1.011.048	(12.070)	(2.957.785)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	461.568	106.806	(482.643)
NOS Comunicações	854.926	202.290	388.119
NOS SGPS	45.651	-	-
Raso Viagens	4.330	256.266	(15.057)
SC-Sociedade de Consultadoria	303.576	-	(184.602)
Sierra Portugal	409.654	1.919	214.861
Sonae Indústria PCDM	22.347	-	-
Sonaecenter II	2.640.450	113.286	(847.468)
Worten	33.837	(2.256)	-
	5.786.516	666.241	(3.907.596)

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2014.



	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2015			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	4	-	494.566	100
Outras partes relacionadas				
NOS Technology *	6.728.947	15.339	-	-
MDS	168.082	37.092	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	518.745	(244.116)	-	124.668
NOS SGPS	-	-	-	-
Raso Viagens	116.181	1.235.908	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	635.307	-	-	-
Sierra Portugal	1.381.577	10.043	-	-
Sonae Indústria PCDM	382.805	-	-	-
Sonaecenter II	11.980.116	228.358	-	-
Unipress	-	379.558	-	-
Worten	166.886	3.366	-	-
	22.078.650	1.665.548	494.566	124.768

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2014.

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2014			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	1.807	(771)	1.322.406	-
Outras partes relacionadas				
NOS Technology *	5.725.403	77.861	-	(41)
MDS	81	6.066	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	643.648	198.921	-	19.418
NOS SGPS	170	(7.936)	1.329	-
Raso Viagens	174.510	990.455	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	1.380.235	-	-	-
Sierra Portugal	3.775.461	12.376	-	-
Sonae Indústria PCDM	709.595	-	-	-
Sonaecenter II	11.965.001	166.422	-	-
Unipress	78.763	430.486	-	97.500
Worten	81.561	710	-	-
	24.536.235	1.874.590	1.323.735	116.877

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2014.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a empresa distribuiu a título de dividendos o montante de 3.646.033 euros, à sua empresa-mãe.

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520. Durante o período findo em 31 de março de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.



As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2015	2014
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolsos de IVA	1.435.379	1.435.379
We Do, WeDo Egypt, S21 Sec Gestion, S21 Sec Labs e Saphety	Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Viva Bahrain; Zain Jordan; Direccion general del Ministerio de Industria, Turismo y Comercio, Ingenieria de sistemas para la Defensa de España, S.A., Empresa de Telecomunicaciones, Packet One Networks, Mobitel (Private) Limited, Administrador de Infraestructuras Ferroviarias, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Tunisie Telecom	Boa execução de trabalhos a realizar	1.089.549	1.448.233
S21 Sec Gestion, S21 Sec Labs e Lookwise	Centro para Desarrollo Tecnolo, EBN Banco de Negocios e Ministerio de Indústria	Incentivos	1.022.049	1.127.611
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA	240.622	240.622
S21 Sec Gestion	Several	Concursos	221.613	217.095
We Do e Saphety	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - GREN	42.501	392.707
WeDo	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos bancários (nota 15)	-	6.065.724
Várias	Outros		845.183	390.240
			4.896.896	11.317.611

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 23.319.289 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 30 de setembro de 2015, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

24. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 8), nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).



O segmento denominado '**Atividades de Holding**' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

No período findo em 30 de setembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2014 para refletir numa quantia única na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 25).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de setembro de 2015 e 2014, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	sep-15	sep-14	sep-15	sep-14	sep-15	sep-14	sep-15	sep-14	sep-15	sep-14	sep-15	sep-14
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	11.279.293	11.545.191	88.618.839	78.063.713	257.645	258.761	100.155.777	89.867.665	(479.682)	(299.681)	99.676.095	89.567.984
Redução de provisões	-	153.500	126.785	35.126	-	-	126.785	188.626	-	-	126.785	188.626
Outros proveitos operacionais	289.000	539.309	772.994	1.351.697	176.022	89.241	1.238.016	1.980.247	(72.360)	(2.884)	1.165.656	1.977.363
Total de proveitos	11.568.293	12.238.000	89.518.618	79.450.536	433.667	348.002	101.520.578	92.036.538	(552.042)	(302.565)	100.968.536	91.733.973
Amortizações e depreciações	(418.530)	(383.525)	(5.023.215)	(4.426.065)	(11.218)	(12.180)	(5.452.963)	(4.821.770)	(102.222)	(11.544)	(5.555.185)	(4.833.314)
Provisões e perdas de imparidade	(84.683)	-	(371.028)	-	(46.490)	-	(502.201)	-	-	-	(502.201)	-
Resultado operacional do segmento	(2.302.507)	(2.375.656)	1.312.872	3.708.593	(1.153.881)	(1.535.446)	(2.143.516)	(202.509)	65.634	4.667	(2.077.882)	(197.842)
Juros obtidos	59	3.874	83.014	126.649	1.614.842	2.584.441	1.697.915	2.714.964	(967.314)	(1.077.977)	730.601	1.636.987
Juros suportados	(325.968)	(389.858)	(968.662)	(905.012)	(62.932)	(557.197)	(1.357.562)	(1.852.067)	923.994	1.059.734	(433.568)	(792.333)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	25.270.317	(6.925.422)	25.270.317	(6.925.422)	-	-	25.270.317	(6.925.422)
Ganhos e perdas em associadas	23.266	35.839	(149.857)	(15.762)	16.472.670	16.260.650	16.346.079	16.280.727	-	-	16.346.079	16.280.727
Outros resultados financeiros	(4.187)	(968)	(598.276)	185.280	(2.447.495)	(3.440.323)	(3.049.958)	(3.256.011)	2.729.323	3.335.143	(320.635)	79.132
Impostos sobre o rendimento	505.202	617.640	(1.009.057)	(1.232.569)	(11.583)	244.419	(515.438)	(370.510)	(11.656)	(15.106)	(527.094)	(385.616)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	(2.104.135)	(2.109.129)	(1.329.966)	1.867.179	39.681.938	6.631.122	36.247.837	6.389.172	2.739.981	3.306.461	38.987.818	9.695.633
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	-	-	6.074.196	-	-	-	6.074.196	-	7.051.470	-	13.125.666
Atribuível a:												
Acionistas da empresa mãe	(2.104.135)	(2.109.129)	(42.798)	8.149.039	39.681.938	6.631.122	37.535.005	12.671.032	2.756.524	10.368.602	40.291.529	23.039.634
Interesses sem controlo	-	-	(1.287.168)	(207.664)	-	-	(1.287.168)	(207.664)	(16.543)	(10.671)	(1.303.711)	(218.335)
Ativos:												
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	1.573.655	905.912	78.050.350	78.344.659	32.568	47.622	79.656.573	79.298.193	(21.196.596)	(21.102.598)	58.459.977	58.195.595
Inventários	222.561	292.124	118.782	523.639	-	-	341.343	815.763	-	-	341.343	815.763
Investimentos financeiros	850.662	955.237	10.756	30.744	661.031.196	651.217.535	661.892.614	652.203.516	63.731.623	55.386.816	725.624.237	707.590.332
Outros ativos não correntes	3.570	3.570	8.411.863	7.334.780	165.306.642	154.088.642	173.722.075	161.426.992	(165.174.879)	(154.076.751)	8.547.196	7.350.241
Outros ativos correntes do segmento	6.069.810	6.965.125	52.289.769	60.271.146	274.701.130	254.900.664	333.060.709	322.136.935	(11.709.807)	(20.853.401)	321.350.902	301.283.534
Passivos:												
Passivos do segmento	17.648.480	16.658.740	76.516.261	79.044.559	5.264.624	4.699.472	99.429.365	100.402.771	(31.855.290)	(24.051.477)	67.574.075	76.351.294
CAPEX	488.781	388.581	5.213.666	4.202.401	(972)	9.743.078	5.701.475	14.334.060	403.525	(4.035.781)	6.105.000	10.298.279



Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2015			
Multimédia	-	130.618	-
Sistemas de Informação	-	-	241.779
Atividades de Holding	488	51.382	-
Cientes externos	11.278.805	88.436.839	15.866
	11.279.293	88.618.839	257.645
2014 (reexpresso - Nota 1)			
Multimédia	-	103.993	22.646
Sistemas de Informação	294	-	236.115
Atividades de Holding	-	31.329	-
Cientes externos	11.544.897	77.928.391	-
	11.545.191	78.063.713	258.761

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, as vendas e prestações de serviços dos segmentos de Multimédia e Atividades de Holding foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do rédito.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 47,5% do rédito (50,4% em 2014) seguido dos mercados espanhol e brasileiro, representando 10,3% e 8,2% do rédito (7,3% e 5,9% em 2014), respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 30 de setembro de 2015 e 2014, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 8), podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2015	setembro 2014 (reexpresso)
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.160.185	1.094.080
Ativos intangíveis	1.170.774	1.158.062
Impostos diferidos ativos	122.196	138.350
Outros ativos não correntes	42.893	57.988
Ativo não corrente	2.496.048	2.448.480
Cientes	358.430	311.998
Caixa e equivalentes de caixa	13.011	40.862
Outros ativos correntes	116.926	118.646
Ativo corrente	488.367	471.506
Total do ativo	2.984.415	2.919.986
Passivo		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.027.249	811.867
Provisões para outros riscos e encargos	138.205	127.897
Outros passivos não correntes	32.326	51.842
Passivos não correntes	1.197.780	991.606
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	136.994	303.217
Fornecedores	327.267	314.490
Outros passivos correntes	265.410	262.529
Passivos correntes	729.671	880.236
Total do passivo	1.927.451	1.871.842
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.047.445	1.038.288
Interesses sem controlo	9.519	9.856
Total do capital próprio	1.056.964	1.048.144
Total do capital próprio e do passivo	2.984.415	2.919.986



Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2015	setembro 2014 (reexpresso)
Receitas totais	1.067.897	1.030.137
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(455.136)	(433.714)
Depreciações e amortizações	(267.649)	(251.642)
Outros custos operacionais	(214.287)	(221.572)
	(937.072)	(906.928)
Resultados financeiros	(29.697)	(44.238)
Imposto sobre o rendimento	(27.735)	(16.126)
Resultado líquido consolidado do período	73.393	62.845
Resultado líquido consolidado do período atribuível a interesses sem controlo	(136)	407
Atribuível a acionistas da empresa mãe	73.529	62.438

25. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

	30 de setembro de 2014
Vendas	-
Prestações de serviços	11.100.105
Outros proveitos operacionais	136.924
	11.237.029
Custo das vendas	-
Fornecimentos e serviços externos	(6.432.024)
Custos com o pessoal	(3.604.114)
Amortizações e depreciações	(516.185)
Provisões e perdas de imparidade	(42.411)
Outros custos operacionais	(4.436)
	(10.599.170)
Outros custos financeiros	(10.649)
Outros proveitos financeiros	1.391
Resultados correntes	628.601
Imposto sobre o rendimento	(118.201)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	510.400
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.d)	12.615.266
	13.125.666

O resultado líquido do período de 30 de setembro de 2014 corresponde ao resultado líquido gerado pela Mainroad no montante de 510.400 euros e do ganho resultante da sua alienação no montante de 12.615.266 euros (Notas 1 e 3.d).

26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (39.806.494 euros em 2015 e 23.039.634 euros em 2014) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2015 e 317.970.541 em 2014).

27. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Período de Diferimento			10 março 2014	
	Cotação 20 fevereiro 2014 *	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	46	1.003.507
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	48	1.132.008
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	50	863.405

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição.

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega aos colaboradores da empresa do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio de 2015. Desta forma, os planos em aberto a 30 de setembro de 2015 são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 setembro 2015	
	Cotação 30 setembro 2015/ Atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2012	1,100	08-Mar-13	10-Mar-16	24	571.623
Ações Sonae SGPS					
Plano 2012	0,701	08-Mar-13	10-Mar-16	2	173.615
Plano 2013	1,100	10/mar/14	10/mar/17	183	1.621.763
Plano 2014	1,100	10/abr/15	10/abr/18	195	1.537.079

O plano de 2013 e 2014 inclui colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo.



Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2014:		
Ainda diferidas	240	3.563.810
Total	240	3.563.810
Movimentos no período:		
Atribuídas	200	1.539.680
Vencidas	(24)	(1.269.651)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(12)	70.241
Saldo a 30 setembro 2015:		
Ainda diferidas	404	3.904.080
Total	404	3.904.080

(1)As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS
	Plano 2012
Valor nominal	268.451
Maturidade	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2
Método de valorização	Custo atual de substituição
Justo valor*	175.983

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2015 no apuramento do justo valor.



Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2015 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	29.770.168	4.952.818	409.556	35.132.542
Custos reconhecidos no período	-	1.255.755	-	1.255.755
Saída de empresas do perímetro de consolidação	-	(300.629)	-	(300.629)
Impacto da conversão	(1.251.767)	2.386.427	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.518.401)	(5.550.707)	-	(34.069.108)
Custos dos planos exercidos no período	-	(1.169.268)	(452.604)	(1.621.872)
Total de custos dos Planos	-	1.574.396	(43.048)	1.531.348
Responsabilidade dos Planos	-	1.750.379	(43.048)	1.707.331
Justo valor dos Contratos de cobertura ⁽¹⁾	-	(175.983)	-	(175.983)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' ⁽²⁾	-	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em 'Outros passivos correntes'	-	573.177	-	573.177
Registados em 'Outros passivos não correntes'	-	1.195.749	-	1.195.749

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição, em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (2.317.853 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de novembro de 2015.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela Álvaro Cuervo Garcia Belmiro de Azevedo Bernd Hubert Joachim Bothe	Christine Cross Duarte Paulo Teixeira de Azevedo José Manuel Neves Adelino Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding, SGPS, SA ACCIVE Insurance Cons. e Franchising,Lda Accive Insurance-Corretor de Seguros, SA ADD Avaliações Eng.Aval.e Pericias, Ltda Adlands BV Aegean Park, SA Agepan Eiweiler Management GmbH Agloma Investimentos, Sgps, S.A. ALEXA Administration GmbH ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Algarveshopping- Centro Comercial, SA Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Arat Inmuebles, S.A. ARP Alverca Retail Park, SA Arrábidashopping - Centro Comercial, SA Aserraderos de Cuellar,SA Atelgen-Produção Energia, ACE Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marit,SA Avenida M-40 BV Azulino Imobiliária, S.A. BA Business Angels, SGPS, SA BA Capital, SGPS BB Food Service, SA Beeskow Holzwerkstoffe Beralands BV Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. BIG Picture 2 Films Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA Bom Momento - Restauração, S.A.	Canal 20 TV, SA Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA Cape Technologies Limited CAPWATT - Brainpower, S.A. Capwatt ACE, S.A. Capwatt Colombo - Heat Power, S.A. Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A. Capwatt Hectare - Heat Power, ACE Capwatt II - Heat Power, S.A. Capwatt III - Heat Power, S.A. Capwatt Maia - Heat Power, S.A. Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A. Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A. Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A. CAPWATT, SGPS, S.A. Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA Cascaishopping Centro Comercial, SA Cascaishopping Holding I, SGPS, SA CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA Centro Colombo Centro Comercial, SA Centro Residencial da Maia,Urban.,SA Centro Vasco da Gama Centro Comercial,SA Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária,SA Cinclus Imobiliária,SA Citic Capital Sierra Limited Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited Citorres - Sociedade Imobiliária, SA Coimbrashopping Centro Comercial, SA Colombo Towers Holding BV



Companhia Térmica do Serrado, ACE	Harvey Dos Iberica, SL
Companhia Térmica Tagol, Lda.	Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Herco Consultoria de Risco, S.A.
Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA	HighDome PCC Limited
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA	HighDome PCC Limited (Cell Europe)
Continente Hipermercados, SA	Iberian Assets, SA
Country Club da Maia-Imobiliária,SA	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA
Craiova Mall BV	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
CTE-Central Termoelect. do Estuário, Lda	Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, SA
CUCUTA - Proyecto Cúcuta S.A.S.	Imobeauty, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA
Darbo SAS	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA
Discovery Sports, SA	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
Distodo Distribui e Logist,Lda	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Dortmund Tower GmbH	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre BV	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre, SA	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Dreamia, B.V	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Dreamia, Serv de Televisão, SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Impaper Europe GmbH
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Implantação - Imobiliária, S.A.
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Infocfield - Informática, SA
Equador & Mendes-Ag. Viagens e Tur.,Lda	Inparvi SGPS, SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Interlog-SGPS, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA
Farmácia Seleção, SA	Isoroy SAS
Fashion Division Canárias, SA	ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA
Fashion Division, S.A.	Land Retail BV
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Libra Serviços, Lda
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	Lookwise, S.L.
Fundo Invest. Imobiliário Imosona e Dois	Loop 5 Shopping Centre GmbH
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	Lusomundo Espanha, SL
Gaiashopping I Centro Comercial, SA	Lusomundo Imobiliária 2, SA
Gaiashopping II Centro Comercial, SA	Lusomundo Moçambique, Lda
GHP GmbH	Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Luz del Tajo BV
Glunz AG	Luz del Tajo Centro Comercial, SA
Glunz Service GmbH	Madeirashopping Centro Comercial, SA
Glunz UK Holdings Ltd	Maiashopping Centro Comercial, SA
Glunz Uka GmbH	Maiequipa - Gestão Florestal, SA
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Marcas MC, zRT
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Marina de Tróia S.A.



Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque Atlântico Shopping -C.Comerc., SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque D. Pedro 1 BV
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
MDS - Corretor de Seguros, SA	Pátio Boavista Shopping, Ltda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Pátio Campinas Shopping, Ltda
MDS Africa SGPS, SA	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS RE - Mediador de resseguros	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS, SGPS, SA	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA
Megantic BV	PER-MAR-SOC. DE CONSTRUÇÃO, SA
MJB-Design, Lda	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA	Plaza Mayor Shopping BV
Modelo Continente International Trade,SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Poliface North America
Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda	Praedium - Serviços, SA
MSTAR, SA	Praedium II - Imobiliária, SA
Münster Arkaden BV	Praedium SGPS, SA
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Praesidium Services Limited
Norteshopping Centro Comercial, SA	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
NOS Açores Comunicações, S.A.	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS Communications S.à.r.l.	Prédios Privados Imobiliária, SA
NOS Comunicações, S.A.	Predisedas - Predial das Sedas, SA
NOS Inovação S.A.	Project SC 1 BV
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Project Sierra 10 BV
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Project Sierra 11 BV
NOS Lusomundo TV Lda	Project Sierra 12 BV
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Project Sierra 2 BV
NOS SISTEMAS ESPAÑA, S.L.	Project Sierra 8 BV
NOS Sistemas, S.A.	Project Sierra Cúcuta BV
NOS Technology - Concepção, Construção e Gestão de Redes de	Project Sierra Four Srl
NOS TOWERING - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
NOS, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH
NOSPUB Publicidade e Conteúdos, S.A.	Project Sierra Spain 1 BV
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda	Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA
Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda	Project Sierra Two Srl
Novodecor (PTY), LTD	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
OSB Deustchland Gmbh	Público - Comunicação Social, SA
Pantheon Plaza BV	QCE-Desenv. e Fabrico de Equipamentos,SA
Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA	Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA
Pareuro BV	Raso - Viagens e Turismo, SA
Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA	RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda
Parklake Shopping, SA	Raso, SGPS, SA



River Plaza BV	Sierra Investments SGPS, SA
River Plaza Mall, Srl	Sierra Italy, Srl
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Management, SGPS, SA
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Portugal, SA
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Project Nürnberg BV
S21 Sec Barcelona, S.L.	Sierra Real Estate Greece BV
S21 Sec Brasil, Ltda	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	Sierra Services Holland 2 BV
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.	Sierra Solingen Holding GmbH
S21 SEC Gestion, S.A.	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
S21 Sec Inc.	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	Sierra Zenata Project BV
S21 Sec Institute, S.L.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
S21 Sec México, S.A. de CV	SISTAVAC, S.A.
S21 Sec, S.A. de CV	SISTAVAC, SGPS, S.A.
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
Saphety Level - Trusted Services, SA	Société de Tranchage Isoroy SAS.
SC Aegean BV	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA
SC Finance BV	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
SC For -Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Soconstrução BV
SC Hospitality, SGPS, S.A.	Soflorin BV
SC, SGPS, SA	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
SC-Consultadoria,SA	Solinca - Health & Fitness, SA
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Solinca-Investimentos Turisticos,SA
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sellfa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA	Solingen Shopping Center GmbH
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Servicios de Int.Estratégica Global,S.L.	Somit Imobiliária, SA
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	Sonae Capital Brasil, Lda
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA	Sonae Capital, SGPS, SA
Shopping Centre Colombo Holding BV	Sonae Center Serviços II, SA
Shopping Centre Parque Principado BV	Sonae Financial Services, S.A.
SIAL Participações, Lda	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA
Sierra - OST Property Management	Sonae Indústria - Management Services,SA
Sierra Asia Limited	Sonae Industria (UK),Ltd
Sierra Berlin Holding BV	Sonae Industria de Revestimentos,SA
Sierra Brazil 1 BV	Sonae Indústria-SGPS,SA
Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Corporate Services Holland BV	Sonae Investments BV
Sierra Developments Holding BV	Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Sierra Developments, SGPS, SA	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV	Sonae RE, S.A.
Sierra Germany GmbH	Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA
Sierra GP, Limited	Sonae SGPS, SA
Sierra Greece, SA	Sonae Sierra Brasil, SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Sierra Brazil, BV / SARL
Sierra Investments (Holland) 1 BV	Sonae Sierra, SGPS, SA
Sierra Investments (Holland) 2 BV	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA
Sierra Investments Holding BV	Sonae SR Malta Holding Limited



Sonae Táfibra Benelux, BV	Têxtil do Marco, SA
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonaecenter Serviços, SA	Tlantic BV
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonaecom BV	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonaecom, SGPS, SA	Tool Gmbh
Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sonaecom-Sistemas de Informação,SGPS,SA	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
Sonaecom-Sistemas Información España SL	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Troia Natura, S.A.
Sonaerp - Retail Properties, SA	Troiareort-Investimentos Turísticos, SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sonaetelecom BV	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sondis Imobiliária, SA	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
SONTÁRIA-EMPREEND.IMOBIL.,SA	UPK-Gestão de Facilities e Manutenção,SA
Sontel BV	Upstar Comunicações SA
Sontur BV	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Sonvecap BV	Valor N, SA
Sopair, S.A.	Via Catarina Centro Comercial, SA
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Soternix-Produção de Energia, ACE	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Spanboard Products,Ltd	Vuelta Omega, S.L.
SPF - Sierra Portugal	We Do Consulting-Sist. de Informação, SA
Spinarq Moçambique, Lda	We Do Poland Sp.Z.o.o.
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	We Do Technologies (UK) Limited
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	We Do Technologies Americas, Inc
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	We Do Technologies Australia PTY Limited
Sport TV Portugal, SA	We Do Technologies BV
Sport Zone Canárias, SL	We Do Technologies Egypt LLC
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	We Do Technologies Mexico, S. de RL
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	Wedo Brasil-Soluções Informáticas,Ltda
Spred, SGPS, SA	Weierstadt Shopping BV
SSI Angola, S.A.	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Tableros Tradema,S.L.	Worten Canárias, SL
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL	Worten España Distribución, SL
Táfibra South Africa (PTY) Ltd.	ZAP Cinemas, S.A.
Táfibra Suisse, SA	ZAP Media S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	ZAP Publishing, S.A.
Tafisa Développement	Zenata Commercial Project S.A.
Tafisa France, SA	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Tafisa UK,Ltd	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Tafisa-Tableros de Fibras, SA	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL	ZON Finance BV
Tecnológica Telecomunicações, Ltda	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA
Teconologias del Medio Ambiente,SA	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA
Teliz Holding B.V.	

4.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2014 (reexpresso)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	27.947	41.669	38.672
Ativos intangíveis	1.b) e 3	4.621	5.953	6.085
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	51.847.142	52.822.141	52.792.142
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	151.645	1.142.185	1.424.996
Outros ativos não correntes	1.c), 1.e), 1.n), 4, 8 e 20	159.944.237	151.906.237	165.651.236
Total de ativos não correntes		809.642.536	803.585.129	817.580.075
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	81.173.373	54.014.592	58.540.576
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	2.746.006	7.646.388	3.313.610
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	430.189	407.980	517.881
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 11 e 20	186.189.962	187.346.339	176.887.883
Total de ativos correntes		270.539.530	249.415.299	239.259.950
Total do ativo		1.080.182.066	1.053.000.428	1.056.840.025
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	12	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	817.581.760	825.520.566	825.520.566
Resultado líquido do período		39.096.465	363.364	5.820.800
Total do capital próprio		1.078.628.048	1.047.833.753	1.053.291.189
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	351.301	333.750	304.811
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	258.928	377.642	399.254
Total de passivos não correntes		610.229	711.392	704.065
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.i), 1.j), 4, 14 e 20	-	9.794	87.859
Outras dívidas a terceiros	4, 16 e 20	112.218	2.593.214	1.065.550
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 20 e 23	831.571	1.852.275	1.691.362
Total de passivos correntes		943.789	4.455.283	2.844.771
Total do passivo e capital próprio		1.080.182.066	1.053.000.428	1.056.840.025

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	dezembro 2014
Prestações de serviços	20	257.645	80.592	258.761	97.100	303.482
Outros proventos operacionais	20	176.019	86.173	89.238	34.397	153.199
		433.664	166.765	347.999	131.497	456.681
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 17 e 20	(556.350)	(172.970)	(682.707)	(205.325)	(1.018.283)
Custos com o pessoal	1.t) e 23	(842.643)	(278.701)	(1.028.437)	(279.629)	(1.313.559)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(11.218)	(3.564)	(12.180)	(3.904)	(15.779)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 15	(46.490)	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(80.259)	(62.967)	(100.847)	34.799	(135.696)
		(1.536.960)	(518.202)	(1.824.171)	(454.059)	(2.483.317)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5 e 18	13.085.500	7.215.000	6.767.750	6.090.000	7.032.750
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	7 e 18	25.270.317	2.159.391	(6.925.422)	(333.000)	(1.975.451)
Outros custos financeiros	1.c), 1.f), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 8, 14, 18 e 20	(96.483)	(10.327)	(988.884)	(35.585)	(1.018.096)
Outros proventos financeiros	1.r), 8, 11, 18 e 20	1.959.573	651.767	2.741.673	708.430	3.369.520
Resultados correntes		39.115.611	9.664.394	118.945	6.107.283	5.382.087
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 19	(19.146)	(113.089)	244.419	205.681	438.713
Resultado líquido do período		39.096.465	9.551.305	363.364	6.312.964	5.820.800
Resultados por ação	22					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,13	0,03	0,00	0,02	0,02
Diluídos		0,13	0,03	0,00	0,02	0,02
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,13	0,03	0,00	0,02	0,02
Diluídos		0,13	0,03	0,00	0,02	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)	julho a setembro 2014 (não auditado)	dezembro 2014
Resultado líquido do período		39.096.465	9.551.305	363.364	6.312.964	5.820.800
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-	-
Rendimento integral do período		39.096.465	9.551.305	363.364	6.312.964	5.820.800

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2015										
Saldo em 31 de dezembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	28.635.701	825.520.566	5.820.800	1.053.291.189
Aplicação do resultado líquido de 2014										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	291.040	-	-	5.529.760	5.820.800	(5.820.800)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(13.759.606)	(13.759.606)	-	(13.759.606)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	39.096.465	39.096.465
Saldo em 30 setembro 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	-	8.441.804	20.405.855	817.581.760	39.096.465	1.078.628.048

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas		
2014										
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(95.982.606)	1.190.546.226
Aplicação do resultado líquido de 2013										
Transferência para reserva legal e outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	(95.982.606)	(95.982.606)	95.982.606	-
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	363.364	363.364
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(57.543)	-	-	(57.543)	-	(57.543)
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(416.419)	-	(931.405)	(1.347.824)	-	(1.347.824)
Saldo em 30 setembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	28.635.701	825.520.566	363.364	1.047.833.753

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	setembro 2015 (não auditado)	setembro 2014 (não auditado)
Atividades operacionais		
Pagamentos ao pessoal	(1.825.537)	(315.046)
Fluxo gerado pelas operações	(1.825.537)	(315.046)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	998.758	(708.104)
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	511.010	(1.802.618)
Fluxo das atividades operacionais (1)	(315.769)	(2.825.768)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2.957.000	28.127.148
Juros e proveitos similares	2.721.583	6.097.314
Empréstimos concedidos	965.000	12.895.000
Dividendos recebidos	17.357.220	8.571.504
	24.000.803	55.690.966
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	(7.023.078)
	-	(7.023.078)
Fluxos das atividades de investimento (2)	24.000.803	48.667.888
Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(535.502)	(2.770.078)
Empréstimos obtidos	-	(41.644.284)
Dividendos pagos	(13.759.606)	-
	(14.295.108)	(44.414.362)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(14.295.108)	(44.414.362)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	9.389.926	1.427.758
Caixa e seus equivalentes no início do período	176.800.036	185.918.581
Caixa e seus equivalentes no final do período	186.189.962	187.346.339

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

4.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos

acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro', e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre as IFRS adotadas pela União Europeia e as IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2015:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	1-jul-14

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutas Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	1-jan-16
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-17
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	1-jan-16

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)	1-jan-16
O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas)	1-jan-16
As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial)	1-jan-16
Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014)	1-jan-16
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de setembro de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança-Social

No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei 248-A de 2002 e Decreto-Lei n.º 151- A/2013), a Sonae e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação aos quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes.

A avaliação efetuada até à altura dos referidos pagamentos, e não alterada desde então, é que os referidos processos correspondem a contingências cuja probabilidade de se concretizarem em exfluxos de recursos é remota, sendo tais processos motivados por diferenças de interpretação da legislação fiscal aplicável e, por conseguinte, correspondendo a posições incertas em termos fiscais. Em resultado da referida avaliação, os montantes envolvidos são objeto de divulgação

nas demonstrações financeiras, não dando origem ao reconhecimento de qualquer passivo.

Os valores pagos ao abrigo dos regimes referidos foram reconhecidos como ativo, na rubrica de "Outras dívidas de terceiros", de acordo com o "IAS 12 - Impostos sobre o rendimento". No caso da Sonaecom apenas foram pagos valores relativos a outros impostos que não IRC, sendo que, uma vez não previsto tratamento específico no normativo, a Sonaecom definiu, por analogia, uma política semelhante à relativa aos pagamentos relativos a IRC.

No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada pela Sonae, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras com a argumentação de que os pagamentos efetuados relativos a outros impostos que não IRC se enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade.

Balanco individual para período findo em 30 de setembro 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da Alteração	Reexpressão do RERD	Depois da Alteração
Ativo			
Ativos não correntes			
Total de ativos não correntes	803.585.129	-	803.585.129
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	54.014.592	-	54.014.592
Outras dívidas de terceiros	13.059.611	5.413.223	7.646.388
Outros ativos correntes	407.980	-	407.980
Caixa e equivalentes de caixa	187.346.339	-	187.346.339
Total de ativos correntes	254.828.522	5.413.223	249.415.299
Total do ativo	1.058.413.651	5.413.223	1.053.000.428
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	230.391.627	-	230.391.627
Ações próprias	(8.441.804)	-	(8.441.804)
Reservas	830.933.789	5.413.223	825.520.566
Resultado líquido do período	363.364	-	363.364
Total do capital próprio	1.053.246.976	5.413.223	1.047.833.753
Passivo			
Passivo não corrente			
Total de passivos não correntes	711.392	-	711.392
Passivo corrente			
Total de passivos correntes	4.455.283	-	4.455.283
Total do passivo e capital próprio	1.058.413.651	5.413.223	1.053.000.428

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 30 de setembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2014.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas



condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo',

ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é

incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra



em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.



k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis



ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega

de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2014, devido à conversão dos planos existentes de ações Sonaecom para ações Sonae SGPS e a atribuição do novo plano em ações Sonae SGPS, não existe qualquer montante registado na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de setembro de 2015, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 20,6 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio já exercidos durante o período findo em 30 de setembro de 2015.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2015		2014	
	30 setembro	Média	30 setembro	Média
Libra inglesa	1,3541	1,3756	1,2865	1,2318
Franco suíço	0,9162	0,9423	0,8290	0,8210
Coroa sueca	0,1063	0,1067	0,1093	0,1107
Dólar americano	0,8926	0,8978	0,7947	0,7381

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;

- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.



Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato. Um plano de ações Sonae SGPS encontra-se coberto por contrato de cobertura.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' (nota 23).

A 30 de setembro de 2015, os planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão e os planos atribuídos durante o ano 2014 e 2015 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 incluem, essencialmente, as

análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais. Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.



b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*'natural hedge'*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevaletentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 30 de setembro de 2015 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados da cobertura de variações da taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.



A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 14.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2015
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Adições	-	-	-	-	979	-	-	979
Alienações	-	-	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Saldo final em 30 de setembro 2015	347.208	43.858	22.060	171	243.697	104	-	657.098
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Depreciações do período	3.160	54	4.136	-	2.754	-	-	10.104
Saldo final em 30 de setembro 2015	332.969	43.769	11.949	171	240.189	104	-	629.151
Valor líquido	14.239	89	10.111	-	3.508	-	-	27.947
2014								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30 de setembro 2014	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	-	605.115
Depreciações do período	3.388	54	4.136	-	3.463	-	-	11.041
Saldo final em 30 de setembro 2014	329.326	43.697	6.434	171	236.424	104	-	616.156
Valor líquido	19.588	161	15.626	-	6.294	-	-	41.669

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2015
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Alienações	-	-	(350)	(350)
Transferências	-	148	(148)	-
Saldo final em 30 setembro 2015	9.719	192.552	-	202.271
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Amortizações do período	-	1.114	-	1.114
Saldo final em 30 setembro 2015	9.719	187.931	-	197.650
Valor líquido	-	4.621	-	4.621

				2014
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Transferências	-	-	-	-
Saldo final em 30 setembro 2014	9.719	192.404	-	202.123
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Amortizações do período	-	1.139	-	1.139
Saldo final em 30 setembro 2014	9.719	186.451	-	196.170
Valor líquido	-	5.953	-	5.953

4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de setembro de 2015 e 2014, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2015
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	151.645	-	151.645	-	151.645
Outros ativos não correntes (Nota 8)	159.944.237	-	-	159.944.237	-	159.944.237
	159.944.237	151.645	-	160.095.882	-	160.095.882
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	81.173.373	-	81.173.373	-	81.173.373
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	1.748.866	-	-	1.748.866	997.140	2.746.006
Outros ativos correntes	-	-	346.767	346.767	83.422	430.189
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	186.189.962	-	-	186.189.962	-	186.189.962
	187.938.828	81.173.373	346.767	269.458.968	1.080.562	270.539.530

						2014 (reexpresso)
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.142.185	-	1.142.185	-	1.142.185
Outros ativos não correntes (Nota 8)	151.906.237	-	-	151.906.237	-	151.906.237
	151.906.237	1.142.185	-	153.048.422	-	153.048.422
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	54.014.592	-	54.014.592	-	54.014.592
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	2.588.914	-	-	2.588.914	5.057.474	7.646.388
Outros ativos correntes	-	-	295.859	295.859	112.121	407.980
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	187.346.339	-	-	187.346.339	-	187.346.339
	189.935.253	54.014.592	295.859	244.245.704	5.169.595	249.415.299

						2015
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	-	-	258.928	258.928	
	-	-	-	258.928	258.928	
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	81.103	81.103	31.115	112.218	
Outros passivos correntes (Nota 23)	-	450.318	450.318	381.253	831.571	
	-	531.421	531.421	412.368	943.789	

						2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	-	-	377.642	377.642	
	-	-	-	377.642	377.642	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	9.794	-	9.794	-	9.794	
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	1.557.983	1.557.983	1.035.231	2.593.214	
Outros passivos correntes (Nota 23)	-	722.653	722.653	1.129.622	1.852.275	
	9.794	2.280.636	2.290.430	2.164.853	4.455.283	



Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

Ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A/2002), a Sonaecom efetuou, voluntariamente, pagamentos de impostos no montante de cerca de 5,4 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas a Sonaecom mantem os procedimentos judiciais tendentes a que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos, de acordo com a política adotada pela Sonaecom. No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae a correção retrospectiva das demonstrações financeiras de todos os pagamentos que não sejam relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com a argumentação de que se trata de um ativo contingente. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom, efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade (Nota 1).

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2015	2014
Sonaetelecom BV	73.460.618	73.460.618
Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.850.557	11.850.557
Sonaecom BV	10.300.000	10.300.000
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
	158.130.357	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(106.283.215)	(105.308.216)
Total de investimentos em empresas do grupo	51.847.142	52.822.141

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 30 setembro 2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
PCJ	11.850.557	-	-	-	11.850.557
Sonaecom BV	10.300.000	-	-	-	10.300.000
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom Sp	50.000	-	-	-	50.000
	158.130.357	-	-	-	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(105.338.215)	(925.000)	-	(20.000)	(106.283.215)
	52.792.142	(925.000)	-	(20.000)	51.847.142



Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 30 setembro 2014
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	(1.549.284)	-	73.460.618
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
PCJ	11.176.547	674.010	-	-	11.850.557
Sonaecom BV	25.020.000	-	(14.720.000)	-	10.300.000
Miauger	5.714.245	826.880	-	(6.541.125)	-
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom Sp	50.000	-	-	-	50.000
	179.439.876	1.500.890	(16.269.284)	(6.541.125)	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(112.859.590)	(17.154)	2.016.255	5.552.273	(105.308.216)
	66.580.286	1.483.736	(14.253.029)	(988.852)	52.822.141

No período findo em 30 de setembro de 2014, os valores de 826.880 euros e 674.010 de aumentos na Miauger e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

No período findo em 30 de setembro de 2014, os valores de 1.549.284 e 14.720.000 de diminuições na SonaTelecom BV e Sonaecom BV, correspondem a devoluções de partes de capital. As linhas de 'transferências e utilizações' correspondem ao desreconhecimento do investimento na Miauger, empresa liquidada em maio 2014.

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2015, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.114.323.655 euros, um passivo consolidado de 67.574.075 euros, proveitos operacionais consolidados de 100.968.536 euros e capitais próprios consolidados de 1.046.749.580 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o período findo em 30 de setembro de 2015, de 40.291.529 euros.

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2015			2014		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.270.697.939	35.919.353	50%	1.266.399.365	30.961.573
Sonaecom SI	Maia	100%	81.116.151	311.000	100%	83.779.569	5.253.270
PCJ	Maia	100%	1.617.231	113.223	100%	1.391.030	151.585
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	313.830	(43.448)	100%	365.173	123.772
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	10.703	(35.813)	100%	55.426	(12.720)
Sonaecom SP	Maia	100%	67.781	(16.211)	100%	30.579	(52.737)
Público	Maia	100%	(1.954.835)	(2.223.099)	100%	(2.072.227)	(2.241.462)

(a) Demonstrações financeiras individuais.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios

aprovado pelo Conselho de Administração, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	8,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%.

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2015	2014
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT')	597.666.944	597.666.944

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2015
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2014
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a NOS, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt'). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros (Notas 8 e 18). Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da NOS (Nota 7), a qual foi reduzida na sequência da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias em 5 de fevereiro de 2014 diminuindo o investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 12). Desta forma, a Sonaecom, SGPS, S.A. passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 144,6 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon (Nota 6), passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram como segue:

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	23.511.755	-	81.173.373
Sonae SGPS	2.303.954	-	(2.736.248)	216.842	367.097	151.645
	59.965.572	-	(2.736.248)	23.728.597	367.097	81.325.018
Registado em ativos não correntes						151.645
Registado em ativos correntes						81.173.373

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(8.217.685)	-	52.573.828
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(29.241)	(105.798)	2.582.949
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(8.246.926)	(105.798)	55.156.777
Registado em ativos não correntes						1.142.185
Registado em ativos correntes						54.014.592

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica "Outros custos operacionais" e "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

As diminuições a 30 de setembro de 2015, do investimento em ações Sonae SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 30 de setembro de 2015.

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

As diminuições a 30 de setembro de 2014 do investimento da NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 12), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	137.859
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	7,371	1,100
Justo valor	81.173.373	151.645

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2015 no apuramento do justo valor.

2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	4,774	1,148
Justo valor	52.573.828	2.582.948

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2014 no apuramento do justo valor.

8. Outros ativos não correntes

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae com SI	11.485.000	3.065.000
PCJ	4.135.000	4.305.000
Público	2.415.000	1.780.000
Sonaecom SP	420.000	-
	18.455.000	9.150.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	29.519.792	32.476.792
Público	5.362.405	2.182.405
PCJ	1.189.445	1.189.445
	151.071.642	150.848.642
	169.526.642	159.998.642
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(9.582.405)	(8.092.405)
	159.944.237	151.906.237

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

				2015
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae com SI	12.220.000	-	(735.000)	11.485.000
PCJ	4.345.000	4.005.000	(4.215.000)	4.135.000
Público	2.435.000	-	(20.000)	2.415.000
Sonaecom SP	420.000	-	-	420.000
	19.420.000	4.005.000	(4.970.000)	18.455.000

				2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae com SI	15.655.000	-	(12.590.000)	3.065.000
PCJ	4.610.000	-	(305.000)	4.305.000
Público	1.780.000	-	-	1.780.000
	22.045.000	-	(12.895.000)	9.150.000

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2015
Empresa	Saldo inicial		Diminuições	Saldo final
ZOPT	115.000.000		-	115.000.000
Sonae com SI	32.476.792		(2.957.000)	29.519.792
Público	5.362.405		-	5.362.405
PCJ	1.189.445		-	1.189.445
	154.028.642		(2.957.000)	151.071.642

				2014
Empresa	Saldo inicial		Diminuições	Saldo final
ZOPT	115.000.000		-	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792		(7.475.000)	32.476.792
Público	2.182.405		-	2.182.405
PCJ	1.863.455		(674.010)	1.189.445
Miauger	988.853		(988.853)	-
	159.986.505		(9.137.863)	150.848.642

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 5,46% e 5,69%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registrados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na Nota 5.

9. Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2015	2014
Prejuízos reportáveis	438.368	836.927
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	26.347.978	28.402.664
CFEI	151	-
Total	26.786.497	29.239.591

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2015	2014
2014	438.368	836.927
	438.368	836.927

Para o período findo a 30 de setembro de 2015, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 21% para os prejuízos fiscais reportáveis e, de 22,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos, devido à alteração da taxa de IRC de 23% para 21% a partir de 2015 inclusive. Para o período findo a 30 de setembro de 2014, taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 23% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 24,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 é como se segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	39.115.611	118.945
Imposto (21% em 2015 e 23% em 2014)	(8.214.278)	(27.357)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(5.409)	(8.229)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(402.549)	1.055.840
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	8.571.035	61.092
Ativos por impostos diferidos não registados	-	(836.927)
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	32.055	-
Impostos registados no período (Nota 19)	(19.146)	244.419

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% para 2015 e 23% para 2014, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2015 e 2014.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2014 e 2015 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Autoridade Tributária e Aduaneira tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2012 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a

revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de setembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Estado e outros entes públicos	997.140	5.057.474
Outros devedores	1.748.866	2.588.914
	2.746.006	7.646.388

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 30 de setembro de 2015 e 2014, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	499	652
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	67.454.463	14.640.687
Aplicações de tesouraria	118.735.000	172.705.000
	186.189.962	187.346.339

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2015	2014
Aplicações bancárias	109.400.000	160.930.000
Sonaecom SI	5.665.000	7.275.000
Público	2.830.000	4.130.000
Sonaecom SP	715.000	345.000
Sonaecom BV	-	20.000
PCJ	125.000	5.000
	118.735.000	172.705.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2015, venceram juros a uma taxa média de 0,61% (1,294% em 2014).

12. Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

13. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros

14. Empréstimos

Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

Denominação	Montante utilizado	
	2015	2014
Aplicações de tesouraria obtidas	-	9.716
Juros corridos não vencidos	-	78
	-	9.794

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Aplicações de Tesouraria

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, o detalhe das 'Aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2015	2014
Sonaetelecom BV	-	9.716
	-	9.716

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 2,77%. Durante o período findo em 30 de setembro de 2015 a empresa não teve aplicações de tesouraria de empresas do grupo.

À data de 30 de setembro de 2015 e 2014, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Maturidade Mais de 12 meses
2015					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
2014					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		

Em 30 de setembro de 2015 e 2014 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências e utilizações	Saldo Final
2015					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	105.338.215	925.000	-	20.000	106.283.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	7.797.405	1.805.000	-	(20.000)	9.582.405
Provisões para outros riscos e encargos	304.811	46.490	-	-	351.301
	113.440.431	2.776.490	-	-	116.216.921
2014					
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	112.859.590	17.154	(2.016.255)	(5.552.273)	105.308.216
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	6.296.259	2.785.000	-	(988.854)	8.092.405
Provisões para outros riscos e encargos	332.469	42	(12.167)	13.406	333.750
	119.488.318	2.802.196	(2.028.422)	(6.527.721)	113.734.371

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 30 de setembro 2015, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

Em 30 de setembro de 2014 o montante de 42 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeita à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.a)).

16. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Outros credores	81.103	1.557.983
Estado e outros entes públicos	31.115	1.035.231
	112.218	2.593.214

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Trabalhos especializados	407.164	493.646
Deslocações e estadas	38.445	58.368
Seguros	37.777	37.136
Comunicação	14.632	29.757
Rendas e alugueres	6.279	21.126
Outros fornecimentos e serviços externos	52.053	42.674
	556.350	682.707

18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(2.730.000)	(2.802.154)
Ganhos relativos a empresas do grupo	-	2.319.904
Dividendos obtidos	15.815.500	7.250.000
	13.085.500	6.767.750
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos e perdas relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	23.728.597	(8.246.926)
Dividendos obtidos	1.541.720	1.321.504
	25.270.317	(6.925.422)
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	-	(487.345)
Outros empréstimos	(4.701)	(241.520)
	(4.701)	(728.865)
Outros custos financeiros	(91.782)	(260.019)
	(96.483)	(988.884)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	1.615.649	2.584.876
Diferenças de câmbio favoráveis	566	700
Outros proveitos financeiros	343.358	156.097
	1.959.573	2.741.673

Em 30 de setembro de 2015, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 1.805.000 euros e o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 925.000 euros (Notas 5 e 15).

Em 30 de setembro de 2014, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 2.785.000 euros e o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 17.154 euros (Notas 5 e 15).

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os ganhos relativos a empresas do Grupo incluem a reversão de perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo, no valor de 2.016.255 euros (Nota 15) e o ganho resultante da liquidação da subsidiária Miauger, no valor de 303.649 euros.

Em 30 de setembro de 2014, os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos dizem respeito a dividendos recebidos da Zopt SGPS, S.A.. Os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos registados ao justo valor através de resultados dizem respeito a dividendos recebidos da NOS SGPS, S.A..

19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Imposto corrente (Nota 9)	(19.146)	244.419
Saldo final	(19.146)	244.419

20. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 30 de setembro de 2015
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	(942)	100.348	-	(47.190)	-
Subsidiárias					
PCJ	150.263	-	125.000	19.800	4.135.000
Público	34.198	950.244	2.830.000	23.937	2.415.000
Sonae com SI	83.457	-	5.665.000	98.545	11.485.000
Sonae BV	551	-	-	256	-
Sonae SP	19.186	83.630	715.000	(69.529)	420.000
Outras partes relacionadas					
Digitmarket	64.987	2.851	-	(10.275)	-
Saphety	118.544	5.439	-	(248.750)	-
Sonaecenter II	19.516	(3.001)	-	-	-
Wedo	2.218.439	(134.241)	-	-	-
ZOPT	13.869	-	-	-	-
Outros	2.837	(42.811)	-	68.790	-
	2.724.905	962.459	9.335.000	(164.416)	18.455.000

					Saldos a 30 de setembro de 2014
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	872	-	(23.021)	-
Subsidiárias					
PCJ	129.670	(100.277)	5.000	20.863	4.305.000
Público	78.321	1.144.007	4.130.000	(7.193)	1.780.000
Sonae com SI	780.319	(6.311)	7.275.000	93.255	3.065.000
Sonae BV	150	357.408	20.000	286	-
Sonae Telecom BV	-	16.665	-	-	(9.793)
Sonae SP	946	24.157	345.000	(3.684)	(1)
Outras partes relacionadas					
Digitmarket	6.822	1.505	-	(21.272)	-
Itrust	-	-	-	(33.243)	-
Mainroad	-	112.892	-	-	-
Saphety	17.239	5.646	-	(71.178)	-
Sonaecenter II	-	76.690	-	(79.740)	-
Wedo	1.713.539	(189.894)	-	-	-
Outros	-	57.923	-	23.298	-
	2.727.006	1.501.283	11.775.000	(101.629)	9.140.206



				Transações a 30 de setembro de 2015
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	-	494.566	56.881
Subsidiárias				
PCJ	-	-	176.228	-
Público	-	(120)	147.277	2.383
Sonae com SI	-	41.603	610.265	-
Sonae com BV	-	-	807	-
Sonae telecom BV	-	-	(11)	-
Sonae com SP	-	226.390	33.554	-
Wedo	149.298	(800)	-	-
Outras partes relacionadas				
Digitmarket	46.240	-	-	-
Saphety	46.240	1.542	-	-
Sonae center II	15.867	42.558	-	-
Raso - Viagens e turismo	-	29.690	-	-
NOS Comunicações	-	12.047	(26.726)	73.577
Outros	-	45.080	-	-
	257.645	397.990	1.435.960	132.841

				Transações a 30 de setembro de 2014
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	(771)	1.322.406	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(1.573)	-
PCJ	-	-	193.481	-
Público	22.645	294	191.262	-
Sonae com SI	-	(32.071)	621.494	-
Sonae com BV	-	-	(154.492)	-
Sonae telecom BV	-	-	(16.742)	-
Sonae com SP	-	213.924	7.071	-
Wedo	128.908	132	24.646	-
Outras partes relacionadas				
Digitmarket	35.736	1.322	(18.361)	-
Mainroad	35.736	(473)	6.137	-
Saphety	35.736	2.050	6.482	-
Sonae center II	-	51.433	-	-
Raso - Viagens e turismo	-	46.151	-	-
Outros	-	10.774	-	-
	258.761	292.765	2.181.811	-

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a empresa distribuiu a título de dividendos o montante de 3.646.033 euros, à sua empresa-mãe.

Durante o exercício de 2012, a Sonae com celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonae com para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonae com e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonae com procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros.



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2015	2014
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	1.435.379	1.435.379
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	222.622
		1.658.001	1.658.001

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 23.319.289 euros e a Sonaecom SGPS do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 30 de setembro de 2015, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (39.096.465 euros em 2015 e 363.364 euros em 2014) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2015 e 317.970.541 em 2014).

23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efectuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Cotação a 20 de fevereiro de 2014*	Período de Diferimento		10 março 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos Planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	2	422.647
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	2	454.317
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	2	266.008

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega aos colaboradores da empresa do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014 e o Plano 2011 foi entregue em maio de 2015.

Desta forma, os planos em aberto a 30 de setembro de 2015 são os seguintes:

	Cotação 30 setembro 2015/ Atribuição	Período de Diferimento		30 setembro 2015	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2012	1,100	8/mar/13	10/mar/16	2	281.661
Ações Sonae SGPS					
Plano 2012	0,701	8/mar/13	10/mar/16	2	173.615
Plano 2013	1,100	10/mar/14	10/mar/17	2	293.169
Plano 2014	1,100	10/abr/15	10/abr/18	2	161.503

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2014:		
Ainda diferidas	10	1.624.176
Total	10	1.624.176
Movimentos no período:		
Atribuídas	2	156.885
Vencidas	(4)	(946.612)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	75.499
Saldo a 30 setembro 2015:		
Ainda diferidas	8	909.948
Total	8	909.948

*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade de todos os planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos, originalmente, de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado.



Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS Plano 2012
Valor nominal	268.451
Maturidade	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2
Método de valorização	Custo atual de substituição
Justo valor*	175.983

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2015 no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2015 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações Zon Optimus SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.962.978	3.531.043	409.556	6.903.577
Custos reconhecidos no período	-	613.302	-	613.302
Impacto da conversão dos Planos Sonaecom	(531.505)	1.666.165	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.431.473)	(4.329.624)	-	(6.761.097)
Custos de planos exercidos no período	-	(1.035.235)	(452.604)	(1.487.839)
	-	445.651	(43.048)	402.603
Responsabilidade dos Planos	-	269.668	(43.048)	226.620
Justo valor dos Contratos de cobertura ⁽¹⁾	-	175.983	-	175.983
Registados em Caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾	-	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em Outros passivos correntes	-	381.253	-	381.253
Registados em Outros passivos não correntes	-	258.928	-	258.928
Registados em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (1.582.389 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS SGPS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de novembro de 2015.

Anexo

A 30 de setembro de 2015, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonaecom SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	José Manuel Neves Adelino
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonaecom	
Cape Technologies Limited	Servicios de Int.Estratégica Global,S.L.
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A
Lookwise, S.L.	Sonaecom BV
PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA	Sonaecom, SGPS, SA
Praesidium Services Limited	Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA
Público - Comunicação Social, SA	Sonaecom-Sistemas de Informação,SGPS,SA
S21 Sec Barcelona, S.L.	Sonaecom-Sistemas Información España SL
S21 Sec Brasil, Ltda	Sonaetelecom BV
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	Tecnológica Telecomunicações, Ltda
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.	We Do Consulting-Sist. de Informação, SA
S21 SEC Gestion, S.A.	We Do Poland Sp.Z.o.o.
S21 Sec Inc.	We Do Technologies (UK) Limited
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	We Do Technologies Americas, Inc
S21 Sec Institute, S.L.	We Do Technologies Australia PTY Limited
S21 Sec México, S.A. de CV	We Do Technologies BV
S21 Sec, S.A. de CV	We Do Technologies BV - Sucursal Malaysia
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	We Do Technologies Egypt LLC
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	We Do Technologies Mexico, S. de RL
Saphety Level - Trusted Services, SA	Wedo Brasil-Soluções Informáticas,Ltda



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

3shoppings - Holding, SGPS, SA	Centro Vasco da Gama Centro Comercial, SA
ACCIVE Insurance Cons. e Franchising, Lda	Chão Verde- Soc. de Gestão Imobiliária, SA
Accive Insurance- Corretor de Seguros, SA	Cinclus Imobiliária, SA
ADD Avaliações Eng. Aval. e Pericias, Ltda	Citic Capital Sierra Limited
Adlands BV	Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited
Aegean Park, SA	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Agepan Eiweiler Management GmbH	Coimbrashopping Centro Comercial, SA
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Colombo Towers Holding BV
ALEXA Administration GmbH	Companhia Térmica do Serrado, ACE
ALEXA Holding GmbH	Companhia Térmica Tagol, Lda.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Contibomba- Comérc. Distr. Combustíveis, SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, SA
Arat Inmuebles, S.A.	Continente Hipermercados, SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Country Club da Maia- Imobiliária, SA
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Craiova Mall BV
Aserraderos de Cuellar, SA	CTE- Central Termoeléc. do Estuário, Lda
Atelgen- Produção Energia, ACE	CUCUTA - Proyecto Cúcuta S.A.S.
Atlantic Ferries- Tráf. Loc. Flu. e Marít, SA	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M-40 BV	Darbo SAS
Azulino Imobiliária, S.A.	Discovery Sports, SA
BA Business Angels, SGPS, SA	Distodo Distribui e Logist, Lda
BA Capital, SGPS	Dortmund Tower GmbH
BB Food Service, SA	Dos Mares Shopping Centre BV
Beeskow Holzwerkstoffe	Dos Mares Shopping Centre, SA
Beralands BV	Dreamia, B.V
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Dreamia, Serv de Televisão, SA
BIG Picture 2 Films	Ecociclo - Energia e Ambiente, SA
Bloco Q- Sociedade Imobiliária, SA	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Bom Momento - Restauração, S.A.	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
Canal 20 TV, SA	Empracine- E.Pro. Act. Cinem, Lda
Canasta- Empreendimentos Imobiliários, SA	Empreend. Imob. Quinta da Azenha, SA
Capwatt ACE, S.A.	Enerlousado- Recursos Energéticos, Lda.
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	Equador & Mendes- Ag. Viagens e Tur., Lda
Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.	Estação Viana Centro Comercial, SA
Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	Euroresinas- Indústrias Químicas, SA
Capwatt II - Heat Power, S.A.	Farmácia Seleção, SA
Capwatt III - Heat Power, S.A.	Fashion Division Canárias, SA
Capwatt Maia - Heat Power, S.A.	Fashion Division, S.A.
Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	FINSTAR- Socied. Investim. Par SA
Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.	Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA
Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl
CAPWATT, SGPS, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Fec. Imosede
Carvemagere- Manut. e Energias Renov., Lda	Fundo Esp. Inv. Imo. Fec. WTC
Casa da Ribeira- Sociedade Imobiliária, SA	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center
Cascaishopping Centro Comercial, SA	Fundo Invest. Imobiliário Imosona e Dois
Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Fundo Invest. Imob. Shopp. Parque D. Pedro
CCCCB Caldas da Rainha- Centro Comerc., SA	Gaiashopping I Centro Comercial, SA
Centro Colombo Centro Comercial, SA	Gaiashopping II Centro Comercial, SA
Centro Residencial da Maia, Urban., SA	GHP GmbH



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Luz del Tajo Centro Comercial, SA
Glunz AG	Madeirashopping Centro Comercial, SA
Glunz Service GmbH	Maiashopping Centro Comercial, SA
Glunz UK Holdings Ltd	Maiequipa - Gestão Florestal, SA
Glunz Uka GmbH	Marcas MC, zRT
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Marina de Tróia S.A.
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Harvey Dos Iberica, SL	Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA
Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda	Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Herco Consultoria de Risco, S.A.	MDS - Corretor de Seguros, SA
HighDome PCC Limited	MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	MDS Africa SGPS, SA
Iberian Assets, SA	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	MDS Malta Holding Limited
Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA	MDS RE - Mediador de resseguros
Imobeauty, SA	MDS, SGPS, SA
Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	Megantic BV
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	MJB-Design, Lda
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	Modalfa - Comércio e Serviços, SA
Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA	Modalloop - Vestuário e Calçado, SA
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.
Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo Continente Hipermercados, SA
Imoplamac Gestão de Imóveis, SA	Modelo Continente International Trade,SA
Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo Hiper Imobiliária, SA
Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA
Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA	Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	MSTAR, SA
Impaper Europe GmbH	Münster Arkaden BV
Implantação - Imobiliária, S.A.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Infocfield - Informática, SA	Norteshopping Centro Comercial, SA
Inparvi SGPS, SA	NOS Açores Comunicações, S.A.
Interlog-SGPS, SA	NOS Communications S.à.r.l.
Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA	NOS Comunicações, S.A.
Isoroy SAS	NOS Inovação S.A.
ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA	NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Land Retail BV	NOS Lusomundo Cinemas, S.A.
Larim Corretora de Resseguros, Ltda	NOS Lusomundo TV Lda
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	NOS Madeira Comunicações, S.A.
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA	NOS SISTEMAS ESPAÑA, S.L.
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	NOS Sistemas, S.A.
Libra Serviços, Lda	NOS Technology - Concepção, Const. e Gestão Redes Com.,S.A.
Loop 5 Shopping Centre GmbH	NOS TOWERING - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
Lusomundo España, SL	NOS, SGPS, S.A.
Lusomundo Imobiliária 2, SA	NOSPUB Publicidade e Conteúdos, S.A.
Lusomundo Moçambique, Lda	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda
Luz del Tajo BV	Novodecor (PTY), LTD



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

OSB Deutschland Gmbh	Raso - Viagens e Turismo, SA
Pantheon Plaza BV	RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda
Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA	Raso, SGPS, SA
Pareuro BV	River Plaza BV
Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA	River Plaza Mall, Srl
Parklake Shopping, SA	Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.
Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA	RSI Corretora de Seguros, Ltda
Parque D. Pedro 1 BV	S.C. Microcom Doi Srl
Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA	SC Aegean BV
Pátio Boavista Shopping, Ltda	SC Finance BV
Pátio Campinas Shopping, Ltda	SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda
Pátio Goiânia Shopping, Ltda	SC Hospitality, SGPS, S.A.
Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda	SC, SGPS, SA
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	SC-Consultadoria,SA
Pátio Sertório Shopping Ltda	SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,SA
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	SDSR - Sports Division SR, S.A.
PER-MAR-SOC. DE CONSTRUÇÃO, SA	Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	Shopping Centre Colombo Holding BV
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Shopping Centre Parque Principado BV
Plaza Mayor Shopping BV	SIAL Participações, Lda
Plaza Mayor Shopping, SA	Sierra - OST Property Management
Pollface North America	Sierra Asia Limited
Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA	Sierra Berlin Holding BV
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA	Sierra Brazil 1 BV
Praedium - Serviços, SA	Sierra Cevital Shopping Center, Spa
Praedium II - Imobiliária, SA	Sierra Corporate Services Holland BV
Praedium SGPS, SA	Sierra Developments Holding BV
Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA	Sierra Developments, SGPS, SA
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV
Prédios Privados Imobiliária, SA	Sierra Germany GmbH
Predisedas - Predial das Sedas, SA	Sierra GP, Limited
Project SC 1 BV	Sierra Greece, SA
Project Sierra 10 BV	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Project Sierra 11 BV	Sierra Investments (Holland) 1 BV
Project Sierra 12 BV	Sierra Investments (Holland) 2 BV
Project Sierra 2 BV	Sierra Investments Holding BV
Project Sierra 8 BV	Sierra Investments SGPS, SA
Project Sierra Cúcuta BV	Sierra Italy, Srl
Project Sierra Four Srl	Sierra Management, SGPS, SA
Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Sierra Portugal, SA
Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH	Sierra Project Nürnberg BV
Project Sierra Spain 1 BV	Sierra Real Estate Greece BV
Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
Project Sierra Two Srl	Sierra Services Holland 2 BV
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Solingen Holding GmbH
OCE-Desenv. e Fabrico de Equipamentos,SA	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Sierra Zenata Project BV	Sopair, S.A.
SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
SISTAVAC, S.A.	Soternix-Produção de Energia, ACE
SISTAVAC, SGPS, S.A.	Spanboard Products,Ltd
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	SPF - Sierra Portugal
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	Spinarq Moçambique, Lda
Société de Tranchage Isoroy SAS.	Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA
Soconstrução BV	Sport TV Portugal, SA
Soflorin BV	Sport Zone Canárias, SL
Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health & Fitness, SA	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti
Solinca-Investimentos Turísticos,SA	Spred, SGPS, SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	SSI Angola, S.A.
Solingen Shopping Center GmbH	Tableros Tradema,S.L.
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Somit Imobiliária, SA	Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafibra Suisse, SA
Sonae Capital, SGPS, SA	Tafisa Canadá Société en Commandite
Sonae Center Serviços II, SA	Tafisa Développement
Sonae Financial Services, S.A.	Tafisa France, SA
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Tafisa UK,Ltd
Sonae Indústria - Management Services,SA	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sonae Industria (UK),Ltd	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae Industria de Revestimentos,SA	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae Indústria-SGPS,SA	Teliz Holding B.V.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Têxtil do Marco, SA
Sonae Investments BV	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Tlantic BV
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonae RE, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA	Tool GmbH
Sonae SGPS, SA	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sonae Sierra Brasil, SA	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, SA	Troia Natura, S.A.
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	Troiareort-Investimentos Turísticos, SA
Sonae SR Malta Holding Limited	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sonae Tafibra Benelux, BV	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
Sonaecenter Serviços, SA	UPK-Gestão de Facilities e Manutenção,SA
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Upstar Comunicações SA
Sonaerp - Retail Properties, SA	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Valor N, SA
Sondis Imobiliária, SA	Via Catarina Centro Comercial, SA
SONTÁRIA-EMPREEND.IMOBIL.,SA	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Sontel BV	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Sontur BV	Vuelta Omega, S.L.
Sonvecap BV	Weiterstadt Shopping BV



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
Worten - Equipamento para o Lar, SA	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Worten Canárias, SL	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Worten España Distribución, SL	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
ZAP Cinemas, S.A.	ZON Finance BV
ZAP Media S.A.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA
ZAP Publishing, S.A.	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA
Zenata Commercial Project S.A.	

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC:LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom

www.sonae.com

Contacto para os Investidores

investor-relationships@sonae.com

Tlf: +351 22 013 23 49